

**PMO/SEMED**

**PASTA  
01**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 193/2017/PMO**

**LICITAÇÃO**

**1.CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017/PMO/SEMED**

- DATA DA AUTORIZAÇÃO: 25/05/2016
- DATA DA AUTUAÇÃO: 25/05/2017
- PUBLICAÇÃO DO EDITAL: 01/06/2017
- MEIOS DE PUBLICAÇÃO: DOU, IOEPA, DIÁRIO DO PARÁ E MURAL DA PMO.
- ABERTURA DO CERTAME: 28/06/2017
- HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2017

**2.OBJETO:**

**Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural e de suas organizações com o objetivo de atender aos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, das Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Óbidos**

**3. CONTRATADAS:**

- **COOPERATIVA MISTA DE PRODUTORES E PRODUTORAS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS NOVA ALIANÇA - COMPRAN, CNPJ: 10.790.366/0001-65;**
- **Valor global de R\$ 489.189,00 (Quatrocentos e Oitenta e Nove Mil Cento e Oitenta e Nove Reais).**

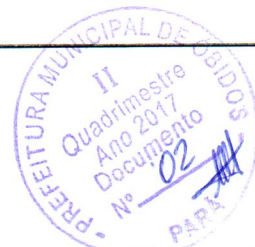


**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**ESTADO DO PARÁ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº 193/2017**

**ANO: 2017**



**DOCUMENTO**

| ESPÉCIE | DATA       | Nº         |
|---------|------------|------------|
| OFÍCIO  | 11/05/2017 | 1.235/2017 |

**PROTOCOLO**

| DATA       | Nº       |
|------------|----------|
| 11/05/2017 | 254/2017 |

**PROCEDÊNCIA:**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**

**INTERESSADO:**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**

**ASSUNTO**

SOLICITA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO, PARA A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR, DO EMPREENDEDOR RURAL E DE SUAS ORGANIZAÇÕES COM O OBJETIVO DE ATENDER OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS.

**ANEXOS:**

| ANDAMENTO            |    |    |    | ANDAMENTO |  |  |  |
|----------------------|----|----|----|-----------|--|--|--|
| PROTOCOLO            | 11 | 05 | 17 |           |  |  |  |
| GABINETE DO PREFEITO | 11 | 05 | 17 |           |  |  |  |
| SEMPOF               | 11 | 05 | 17 |           |  |  |  |
|                      |    |    |    |           |  |  |  |
|                      |    |    |    |           |  |  |  |
|                      |    |    |    |           |  |  |  |
|                      |    |    |    |           |  |  |  |

**ANOTAÇÕES**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**GESTÃO FINANCEIRA**

CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-1550  
Trav. Bom Jesus, s/n – Centro – Óbidos - PA-CEP: 68.250-000

Proc nº 193/2017



Ofício Nº. 1.235 /17– SEMED

Óbidos (PA), 10 de Maio de 2017.

Senhor Prefeito,

|                                |                |
|--------------------------------|----------------|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS |                |
| SETOR DE LICITAÇÃO             |                |
| Protocolo nº                   | 254/2017       |
| Recebido as                    | 11:36 horas    |
| Dia                            | 11 / 05 / 2017 |
| Recebedor                      |                |

Servimo-nos do presente para solicitar de Vossa Excelência a abertura de Processo Licitatório para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, do empreendedor rural e de suas organizações com o objetivo de atender aos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, das Escolas da Rede Pública de Ensino do Município de Óbidos, em atendimento à Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Resolução FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução FNDE nº 04, de 02 de abril de 2015, no período de 6 (seis) meses, de acordo com pesquisa de preços e planilha de quantitativos para a aquisição de produtos da agricultura familiar em anexo.

Os produtos serão requisitados MENSALMENTE através de Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, conforme a necessidade das unidades escolares e deverão ser encaminhados dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – DEPÓSITO DE MERENDA ESCOLAR, acompanhados das respectivas notas fiscais.

Email: [sec\\_educacao@obidos.pa.gov.br](mailto:sec_educacao@obidos.pa.gov.br)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**GESTÃO FINANCEIRA**

CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-1550  
Trav. Bom Jesus, s/n – Centro – Óbidos - PA-CEP: 68.250-000



Os produtos serão recebidos e conferidos pelo fiscal de contrato, designado pela autoridade competente para esse fim, que atestará os produtos através de carimbo na nota fiscal do fornecedor.

Certos de seu pronto atendimento, reiteramos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
**ANANILVA PEREIRA SOARES**  
Secretária Municipal de Educação  
Decreto Nº 007/2017

A Sua Excelência o Senhor  
**FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS**  
Prefeito Municipal de Óbidos  
Óbidos-PA.

Email: [sec\\_educacao@obidos.pa.gov.br](mailto:sec_educacao@obidos.pa.gov.br)







**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**RESOLUÇÃO Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013**



Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Constituição Federal, de 1988, arts. 6º, 205, 208 e 211.  
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.  
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.  
Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997.  
Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.  
Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.  
Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.010, de 08 de maio de 2006.  
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.  
Lei nº 11.524 de 24 de setembro de 2007.  
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.  
Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010.  
Resolução Conselho Federal de Nutricionistas nº 465, 23 de agosto de 2010.  
Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011.  
Resolução CD/FNDE nº 31, de 1º de julho de 2011.  
Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.  
Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.  
Resolução CD/FNDE nº 2, de 18 de janeiro de 2012.  
Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, § 1º, da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e pelos arts. 4º, § 2º, e 14 do Anexo I do Decreto nº 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, e pelos arts. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b"; 5º, caput; e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, publicada no D.O.U. de 2 de outubro de 2003, neste ato representado conforme deliberado na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do FNDE realizada no dia 31 de maio de 2012, e

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal nos artigos 6º, 205, 208, inciso VII, e artigo 211;

CONSIDERANDO que a alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC (art. 11), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

CONSIDERANDO que o Artigo 6º da Constituição Federal, após a EC 064/2010, estabelece que "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição";

CONSIDERANDO a importância das ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem dentro da perspectiva do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional;

CONSIDERANDO a importância da intersetorialidade por meio de políticas, programas, ações governamentais e não governamentais para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio de ações articuladas entre educação, saúde, agricultura, sociedade civil, ação social, entre outros;

CONSIDERANDO o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local; e

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar normativos dispersos em vários dispositivos legais e de inserir novas orientações ao público, resolve "ad referendum":

Art. 1º Estabelecer as normas para a execução técnica, administrativa e financeira do PNAE aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades federais.

Parágrafo único. A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vista ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

**CAPÍTULO I**

**DAS DIRETRIZES E DO OBJETIVO DO PROGRAMA**

Art. 2º São diretrizes da Alimentação Escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;







§5º Para atender aos parâmetros numéricos e às demais ações previstas na Resolução do Conselho Federal de Nutrição - CFN nº 465, de 23 de agosto de 2010, o Estado e o Município poderão atuar em regime de colaboração.

Art. 7º A EEx. que atender aos alunos de que trata o art. 4º desta Resolução e que transferir as suas escolas para outra rede de ensino, após a publicação do Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento, fica obrigada a repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE para a EEx. que a receber, em valor correspondente ao número de alunos transferidos, mediante convênio, no prazo de até cinco dias úteis após a efetivação do crédito pelo FNDE, tomando-se como base para esse cálculo o Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento.

Parágrafo único. A transferência dos recursos financeiros a que se refere o caput deste artigo não desonera a EEx. transferidora da obrigação de prestar contas, observando-se o disposto nesta Resolução e na Lei nº 11.947/2009.

Art. 8º É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE, no valor per capita fixado no art. 38, inciso II desta Resolução, às UEx. das escolas de educação básica pertencente à sua rede de ensino, observado o disposto nesta Resolução.

§1º No caso da operacionalização do programa na forma prevista no caput, o Estado, Município e Distrito Federal deverão assegurar a estrutura necessária para:

I - a realização do devido processo licitatório e/ou aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou do Empreendedor Familiar Rural, conforme a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art.14 da Lei nº 11.947/2009;

II - a ordenação de despesas, gestão e execução dos contratos administrativos;

III - o controle de estoque e armazenamento dos gêneros alimentícios; e

IV - a prestação de contas e demais atos relacionados à correta utilização dos recursos financeiros.

§3º A transferência de recursos realizada na forma deste artigo deverá ocorrer em até dez parcelas por ano, no prazo máximo de até cinco dias úteis, a contar da efetivação do crédito realizado pelo FNDE.

§4º Os recursos financeiros repassados na forma deste artigo deverão ser creditados pela EEx. diretamente às UEx. em conta específica, aberta pela EEx. para tal fim, observado, no que couber, o disposto no art. 38.

§5º Compete à EEx. comunicar ao FNDE a adoção do procedimento previsto neste artigo, informando também a razão social e o número do respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da UEx.

Art. 9º Os recursos financeiros destinados à alimentação escolar dos alunos matriculados em entidades filantrópicas, escolas comunitárias e escolas confessionais, na forma prevista no §1º do art. 4º desta Resolução, serão transferidos para o respectivo Estado, Distrito Federal e Município, que deverão atendê-las mediante o fornecimento de gêneros alimentícios e/ou repasse dos correspondentes recursos financeiros.

Parágrafo único. No caso de a EEx. optar em repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE às escolas de que trata este artigo, somente poderá fazê-lo mediante formalização de termo de convênio, na forma estabelecida na Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da efetivação do crédito realizado pelo FNDE.

Art. 10 A operacionalização do Programa na forma prevista nos artigos 8º e 9º não afasta a responsabilidade da EEx. de responder pela regular aplicação dos recursos financeiros e da prestação de contas ao FNDE.

Art. 11 A transferência dos recursos financeiros destinados ao atendimento das escolas federais de educação básica, mantidas pela União, será feita diretamente pelo FNDE. Estas deverão informar os números do CNPJ, da Unidade Gestora e da Gestão.

## CAPÍTULO V

### DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 12 A coordenação das ações de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das escolas federais, será realizada por nutricionista habilitado, que deverá assumir a responsabilidade técnica do Programa, respeitando as diretrizes previstas na Lei nº 11.947/2009 e em legislações específicas, dentro de suas atribuições.

§1º Compete ao nutricionista Responsável Técnico - RT pelo Programa e aos demais nutricionistas lotados no setor de alimentação escolar, entre outras atribuições estabelecidas na Resolução CFN nº 465/2010:

I - realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional dos estudantes;

II - planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico da população atendida e a vocação agrícola da região, acompanhando desde a aquisição dos gêneros alimentícios, o preparo, a distribuição até o consumo das refeições pelos escolares; e

III - coordenar e realizar, em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, ações de educação alimentar e nutricional.

§2º A EEx. deverá oferecer condições suficientes e adequadas de trabalho para o profissional e cumprir os parâmetros numéricos mínimos de referência de nutricionistas por escolares, previstos na Resolução CFN nº 465/2010.

§3º O nutricionista que atua no Programa deverá ser obrigatoriamente vinculado à EEx. e estar cadastrado no FNDE, na forma estabelecida no Anexo II desta Resolução.

## Seção I

### Das ações de Educação Alimentar e Nutricional

Art. 13 Para fins do PNAE, será considerada Educação Alimentar e Nutricional - EAN o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

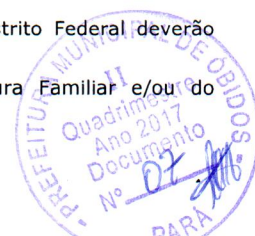
§1º As EEx. poderão considerar ações de EAN, entre outras, aquelas que:

I - promovam a oferta de alimentação adequada e saudável na escola;

II - promovam a formação de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar;

III - articulem as políticas municipais, estaduais, distritais e federais no campo da alimentação escolar;

IV - dinamizem o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição;







V - promovam metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico;

VI - favoreçam os hábitos alimentares regionais e culturais saudáveis;

VII - estimulem e promovam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sociobiodiversidade;

VIII - estimulem o desenvolvimento de tecnologias sociais, voltadas para o campo da alimentação escolar; e

IX - utilizem o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN.

§2º As ações de educação alimentar e nutricional deverão ser planejadas, executadas, avaliadas e documentadas, considerando a faixa etária, as etapas e as modalidades de ensino.

## Seção II

### Da Oferta da Alimentação nas Escolas

Art. 14 Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo RT, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

§1º Como disposto na Lei nº 11.947/2009, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável.

§2º Os cardápios deverão ser planejados para atender, em média, às necessidades nutricionais estabelecidas na forma do disposto no Anexo III desta Resolução, de modo a suprir:

I - no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, duas refeições, para as creches em período parcial;

II - no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para as creches em período integral, inclusive as localizadas em comunidades indígenas ou áreas remanescentes de quilombos;

III - no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias, por refeição ofertada, para os alunos matriculados nas escolas localizadas em comunidades indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos, exceto creches;

IV - no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias quando ofertada uma refeição, para os demais alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

V - no mínimo 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias, quando ofertadas duas ou mais refeições, para os alunos matriculados na educação básica, exceto creches em período parcial; e

VI - no mínimo 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os alunos participantes do Programa Mais Educação e para os matriculados em escolas de tempo integral.

§3º Cabe ao nutricionista responsável técnico a definição do horário e do alimento adequado a cada tipo de refeição, respeitada a cultura alimentar.

§4º A porção ofertada deverá ser diferenciada por faixa etária dos alunos, conforme as necessidades nutricionais estabelecidas.

§5º Os cardápios deverão atender aos alunos com necessidades nutricionais específicas, tais como doença celíaca, diabetes, hipertensão, anemias, alergias e intolerâncias alimentares, dentre outras.

§6º Os cardápios deverão atender as especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas.

§7º Os cardápios, elaborados a partir de Fichas Técnicas de Preparo, deverão conter informações sobre o tipo de refeição, o nome da preparação, os ingredientes que a compõe e sua consistência, bem como informações nutricionais de energia, macronutrientes, micronutrientes prioritários (vitaminas A e C, magnésio, ferro, zinco e cálcio) e fibras. Os cardápios devem apresentar, ainda, a identificação (nome e CRN) e a assinatura do nutricionista responsável por sua elaboração.

§8º Os cardápios com as devidas informações nutricionais de que trata o parágrafo anterior deverão estar disponíveis em locais visíveis nas Secretarias de Educação e nas escolas.

§9º Os cardápios deverão oferecer, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana) nas refeições ofertadas, sendo que:

I - as bebidas à base de frutas não substituem a obrigatoriedade da oferta de frutas in natura; e

II - a composição das bebidas à base de frutas deverá seguir as normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA.

§10 Os cardápios deverão ser apresentados ao CAE para conhecimento.

Art. 15 As instituições de AEE deverão atender às necessidades nutricionais dos alunos, ofertando, no mínimo, uma refeição, conforme suas especificidades.

Art. 16 Para as preparações diárias da alimentação escolar, recomenda-se no máximo:

I - 10% (dez por cento) da energia total proveniente de açúcar simples adicionado;

II - 15 a 30% (quinze a trinta por cento) da energia total proveniente de gorduras totais;

III - 10% (dez por cento) da energia total proveniente de gordura saturada;

IV - 1% (um por cento) da energia total proveniente de gordura trans;

V - 400 mg (quatrocentos miligramas) de sódio per capita, em período parcial, quando ofertada uma refeição;

VI - 600 mg (seiscentos miligramas) de sódio per capita, em período parcial, quando ofertadas duas refeições; e

VII - 1.400 mg (mil e quatrocentos miligramas) de sódio per capita, em período integral, quando ofertadas três ou mais refeições.

Parágrafo único. A oferta de doces e/ou preparações doces fica limitada a duas porções por semana, equivalente a 110 kcal/porção.

Art. 17 A EEx. aplicará teste de aceitabilidade aos alunos sempre que introduzir no cardápio alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente.

§1º A EEx. será responsável pela aplicação do teste de aceitabilidade, o qual deverá ser planejado e coordenado pelo RT do PNAE.

§2º O teste de aceitabilidade não será aplicado na educação infantil na faixa etária de 0 a 3 anos (creche).



§3º Poderão ser dispensadas do teste de aceitabilidade frutas e hortaliças ou preparações que sejam constituídas, em sua maioria, por frutas e/ou hortaliças.

§4º O nutricionista será responsável pela elaboração de relatório, no qual constará todas as etapas da aplicação do teste de aceitabilidade, desde o planejamento até o resultado alcançado e deverá arquivar essas informações por, no mínimo, cinco anos.

§5º Para aplicação do teste de aceitabilidade deverão ser utilizadas as metodologias Resto Ingestão ou Escala Hedônica, observando os parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos.

§6º O índice de aceitabilidade deve ser de, no mínimo, 90% para Resto Ingestão e de 85% para Escala Hedônica.

## CAPÍTULO VI

### DA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Art. 18 Os recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios.

Parágrafo único. A aquisição de qualquer item ou serviço, com exceção dos gêneros alimentícios, deverá estar desvinculada do processo de compra do PNAE.

Art. 19 A aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes desta Resolução e deverá ser realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Art. 20 A aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE deverá ser realizada por meio de licitação pública, nos termos da Lei nº 8.666/1993 ou da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou, ainda, por dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009.

§1º Quando a EEx. optar pela dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14, §1º da Lei nº 11.947/2009, a aquisição será feita mediante prévia chamada pública.

§2º Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações.

Art. 21 Será dada, mensalmente, publicidade das informações referentes ao processo de aquisição de gêneros alimentícios em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público.

Parágrafo único. A publicidade deverá ocorrer ainda em jornal diário de grande circulação no estado e também, se houver, em jornal de grande circulação municipal ou região onde serão fornecidos os gêneros alimentícios.

## Seção I

### Das Proibições e Restrições

Art. 22 É vedada a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional tais como refrigerantes e refrescos artificiais, bebidas ou concentrados à base de xarope de guaraná ou groselha, chás prontos para consumo e outras bebidas similares.

Art. 23 É restrita a aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos (dois ou mais alimentos embalados separadamente para consumo conjunto), preparações semiprontas ou prontas para o consumo, ou alimentos concentrados (em pó ou desidratados para reconstituição).

Parágrafo único. O limite dos recursos financeiros para aquisição dos alimentos de que trata o caput deste artigo ficará restrito a 30% (trinta por cento) dos recursos repassados pelo FNDE.

## Seção II

### Da Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas Organizações

Art. 24 Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o art. 14, da Lei nº 11.947/2009.

§1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, nos termos do art. 14 da Lei 11.947/2009, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e que os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

§2º A observância do percentual previsto no caput deste artigo poderá ser dispensada pelo FNDE quando presente uma das seguintes circunstâncias, comprovada pela EEx. na prestação de contas:

I - a impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;

II - a inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios, desde que respeitada a sazonalidade dos produtos; e

III - as condições higiênico-sanitárias inadequadas, isto é, que estejam em desacordo com o disposto no art. 33 desta Resolução.

§3º O disposto neste artigo deverá ser observado nas aquisições efetuadas pelas UEx. das escolas de educação básica públicas de que trata o art. 6º da Lei nº 11.947/2009.

Art.25 Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País. (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

I - (Suprimido pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

II - (Suprimido pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

III - (Suprimido pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores





IV - (Suprimido pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

V - (Suprimido pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§ 1º - Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção: (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos. (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País. (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País. (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

§ 2º - Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção: (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes; (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003; (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física); (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

§3º Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput e nos §1º e §2º. (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

§4º Para efeitos do disposto neste artigo, serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso do grupo formal, e 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s). (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

§5º No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no §2º inciso I deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas -, conforme identificação na(s) DAP(s). (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

§6º No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no §2º inciso III deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica. (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

§7º Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas. (Acrescentado pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Art. 26 As EEx. deverão publicar os editais de chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar em jornal de circulação local e na forma de mural em local público de ampla circulação, divulgar em seu endereço na internet, caso haja, e divulgar para organizações locais da agricultura familiar e para entidades de assistência técnica e extensão rural do município ou do estado. Se necessário, publique-se em jornal de circulação regional, estadual ou nacional e em rádios locais. (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§1º Os editais das chamadas públicas deverão permanecer abertos para recebimento dos projetos de venda por um período mínimo de 20 dias. (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§2º Os gêneros alimentícios a serem entregues ao contratante serão os definidos na chamada pública de compra, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente e que a substituição seja atestada pelo RT, que poderá contar com o respaldo do CAE. (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

Art. 27 Para a habilitação dos projetos de venda exigir-seá: (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§1º Dos Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo: (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

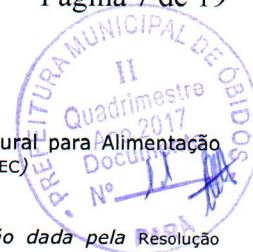
Redações Anteriores

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias; (Redação dada pela Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)





Redações Anteriores

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante (Anexo IV); (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

IV - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§2º Dos Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo: (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias; (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes; (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

IV - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§3º Dos Grupos Formais, detentores de DAP Jurídica: (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias; (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente; (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal; (*Acréscimo pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados; e (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

VII - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

VIII - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§4º Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado à EEx. a abertura de prazo para a regularização da documentação. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§5º (*Suprimido pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

Art. 28 Os agricultores familiares, detentores de DAP Física, poderão contar com uma Entidade Articuladora que poderá, nesse caso, auxiliar na elaboração do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.

Parágrafo único. As Entidades Articuladoras são aquelas definidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA.

Art. 29 O preço de aquisição dos gêneros alimentícios será determinado pela EEx., com base na realização de pesquisa de preços





de mercado. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§1º O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver, acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§2º Na impossibilidade da pesquisa ser realizada em âmbito local, deverá ser realizada ou complementada em âmbito territorial, estadual ou nacional, nessa ordem. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§3º: Os preços de aquisição definidos pela EEx. deverão constar na chamada pública, e serão os preços pagos ao agricultor familiar, empreendedor familiar rural e/ou suas organizações pela venda do gênero alimentício. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§4º Na impossibilidade de realização de pesquisa de preços de produtos agroecológicos ou orgânicos, a EEx. poderá acrescentar aos preços desses produtos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§5º O projeto de venda a ser contratado deverá ser selecionado conforme os critérios estabelecidos pelo art. 25. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

§ 6º A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata, ao término do prazo de apresentação dos projetos.

Art. 30 Nos Estados, Distrito Federal, Municípios e escolas federais onde o valor total de repasse do FNDE para execução do PNAE seja superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por ano, a EEx. poderá optar por aceitar propostas apenas de organizações com DAP Jurídica, desde que previsto na chamada pública.

Art. 31 Os projetos de venda selecionados resultarão na celebração de contratos com a EEx., os quais deverão estabelecer os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública. (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

Art. 32 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar /ano/entidade executora, e obedecerá as seguintes regras: (*Redação dada pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar /ano/EEx. (*Acrescentado pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP Familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: (*Acrescentado pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

§1º Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx. a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais. (*Acrescentado pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

§2º Cabe às EEx. a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos informais e agricultores individuais. A estas também compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações nos casos de comercialização com grupos formais. (*Acrescentado pela* Resolução 4/2015/CD/FNDE/MEC)

### Seção III

#### Do Controle de Qualidade da Alimentação Escolar

Art. 33 Os produtos alimentícios a serem adquiridos para o alunado do PNAE deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA do Ministério da Saúde - MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

§1º Os produtos adquiridos para o alunado do PNAE deverão ser previamente submetidos ao controle de qualidade, na forma do Termo de Compromisso (Anexo V), observando-se a legislação pertinente.

§2º O Termo de Compromisso, de que trata o parágrafo anterior, será renovado a cada início de mandato dos gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal, devendo ser encaminhado o original ao FNDE, com cópia para o CAE, e as ações nele previstas deverão ser normatizadas e implementadas imediatamente pelas EEx., em âmbito local.

§3º Os relatórios de inspeção sanitária dos alimentos utilizados no PNAE deverão permanecer à disposição do FNDE por um prazo de cinco anos.

§4º Cabe às EEx. ou às UEx. adotar medidas que garantam a aquisição, o transporte, a estocagem e o preparo/manuseio de alimentos com adequadas condições higiênico-sanitárias até o seu consumo pelos alunos atendidos pelo Programa.

§5º A EEx. ou a UEx. poderá prever em edital de licitação ou na chamada pública a apresentação de amostras pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a análises necessárias, imediatamente após a fase de homologação.

### CAPÍTULO VII

#### DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Art. 34 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, o CAE, órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, composto da seguinte forma:

- I - um representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;
- II - dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;
- III - dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino a qual pertença a EEx., indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e
- IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§1º Os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados.

§2º Preferencialmente, um dos representantes a que se refere o inciso II deste artigo deve pertencer à categoria de docentes.

§3º Na EEx. com mais de cem escolas da educação básica, a composição do CAE poderá ser de até três vezes o número de membros, obedecida a proporcionalidade definida nos incisos I a IV deste artigo.

§4º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção dos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer uma das entidades referidas no inciso.

§5º Os membros terão mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§6º Em caso de não existência de órgãos de classe, conforme estabelecido no inciso II deste artigo, os docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação deverão realizar reunião, convocada especificamente para esse fim e devidamente registrada em ata.

§7º Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

§8º Recomenda-se que o CAE dos Estados e dos Municípios que possuam alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos tenha, em sua composição, pelo menos um membro representante desses povos ou comunidades tradicionais, dentre os segmentos estabelecidos nos incisos I a IV deste artigo.

§9º A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por Portaria ou Decreto Executivo, de acordo com a Constituição dos Estados e as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as disposições previstas neste artigo, obrigando-se a EEx. a acatar todas as indicações dos segmentos representados.

§10 Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela EEx. por meio do cadastro disponível no portal do FNDE ([www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)) e, no prazo máximo de vinte dias úteis, a contar da data do ato de nomeação, deverão ser encaminhados ao FNDE o ofício de indicação do representante do Poder Executivo, as atas relativas aos incisos II, III e IV deste artigo e a Portaria ou o Decreto de nomeação do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho.

§11 A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§12 O CAE terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos dentre os membros titulares, por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do Conselho, podendo ser reeleitos uma única vez consecutiva; e

§13 O Presidente e/ou o Vice-Presidente poderá(ão) ser destituído( s), em conformidade com o disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato do Conselho.

§14 Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

- I - mediante renúncia expressa do conselheiro;
- II - por deliberação do segmento representado; e
- III - pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno de cada Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§15 Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pelas EEx.

§16 Nas situações previstas nos §§ 12 e 13, o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo, mantida a exigência de nomeação por portaria ou decreto do chefe do Executivo estadual ou municipal, conforme o caso.

§17 No caso de substituição de conselheiro do CAE, na forma do §14, o período do seu mandato será complementar ao tempo restante daquele que foi substituído.

Art. 35 São atribuições do CAE, além das competências previstas no art. 19 da Lei 11.947/ 2009:

- I - monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos e o cumprimento do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução;
- II - analisar o Relatório de Acompanhamento da Gestão do PNAE, emitido pela EEx, contido no Sistema de Gestão de Conselhos - SIGECON Online, antes da elaboração e do envio do parecer conclusivo;
- III - analisar a prestação de contas do gestor, conforme os arts. 45 e 46, e emitir Parecer Conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online;
- IV - comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria- Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;
- V - fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
- VI - realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;
- VII - elaborar o Regimento Interno, observando o disposto nesta Resolução; e



VIII - elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas de sua rede de ensino, bem como nas escolas conveniadas e demais estruturas pertencentes ao Programa, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à EEx. antes do início do ano letivo.

§1º O Presidente é o responsável pela assinatura do Parecer Conclusivo do CAE. No seu impedimento legal, o Vice-Presidente o fará.

§2º O CAE poderá desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Art. 36 Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem:

I - garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

- a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;
- b) disponibilidade de equipamento de informática;
- c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência, inclusive para as reuniões ordinárias e extraordinárias do CAE; e
- d) disponibilidade de recursos humanos e financeiros, previstos no Plano de Ação do CAE, necessários às atividades inerentes às suas competências e atribuições, a fim de desenvolver as atividades de forma efetiva.

II - fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação e/ou chamada pública, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência;

III - realizar, em parceria com o FNDE, a formação dos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este Programa; e

IV - divulgar as atividades do CAE por meio de comunicação oficial da EEx.

§1º O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§2º Quando do exercício das atividades do CAE, previstos no art. 19 da Lei nº 11.947/2009 e art. 35 desta Resolução, recomenda-se a liberação dos servidores públicos para exercer as suas atividades no Conselho, de acordo com o Plano de Ação elaborado pelo CAE, sem prejuízo das suas funções profissionais.

Art. 37 O Regimento Interno a ser instituído pelo CAE deverá observar o disposto nos arts. 34, 35 e 36 desta Resolução.

Parágrafo único. A aprovação ou as modificações no Regimento Interno do CAE somente poderão ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares.

## CAPÍTULO VIII

### DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA

#### Seção I

##### Da Transferência, Operacionalização e Movimentação

Art. 38 O FNDE transferirá recursos financeiros de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, nos termos do disposto na Lei nº 11.947/2009, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, processando-se da seguinte forma:

I - o montante de recursos financeiros destinados a cada EEx., para atender aos alunos definidos no art. 4º desta Resolução, será o resultado da soma dos valores a serem repassados para cada aluno atendido e será calculado utilizando-se a seguinte fórmula:

$VT = A \times D \times C$  Sendo:

VT = Valor a ser transferido;

A = Número de alunos;

D = Número de dias de atendimento;

C = Valor per capita para a aquisição de gêneros para o alunado.

II - o valor per capita para oferta da alimentação escolar a ser repassado será de:

- a) R\$ 0,30 (trinta centavos de real) para os alunos matriculados no ensino fundamental, no ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos - EJA;
- b) R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) para alunos matriculados na pré-escola, exceto para aqueles matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;
- c) R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;
- d) R\$ 1,00 (um real) para os alunos matriculados em escolas de tempo integral com permanência mínima de 7h (sete horas) na escola ou em atividades escolares, de acordo com o Censo Escolar do INEP/MEC;
- e) R\$ 1,00 (um real) para os alunos matriculados em creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos;

III - para os alunos do Programa Mais Educação haverá complementação financeira de forma a totalizar o valor per capita de R\$ 0,90 (noventa centavos de real);

III-A - para os estudantes contemplados no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, haverá complementação financeira de forma a totalizar o valor per capita de R\$ 2,00 (dois reais); (Acréscimo pela Resolução 11/2016/CD/FNDE/MEC)

IV - para os alunos que frequentam, no contraturno, o AEE, o valor per capita será de R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos de real); (Redação dada pela Resolução 1/2017/CD/FNDE/MEC)

Redações Anteriores



V - o número de dias de atendimento a ser considerado no cálculo dos valores devidos à EEx. é de duzentos dias letivos/ano;

a) No caso da modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos Semipresencial, serão repassados 20% dos recursos destinados ao EJA Presencial.

VI - os recursos financeiros apurados na forma do inciso I deste artigo são transferidos pelo FNDE a cada EEx. em até dez parcelas (fevereiro a novembro) por ano, não podendo cada parcela ter cobertura inferior a vinte dias letivos;

VII - *(Revogado pela Resolução 21/2014/CD/FNDE/MEC)*

Redações Anteriores

VIII - o FNDE abrirá conta corrente única para movimentação dos recursos do Programa;

IX - nos termos dos Acordos de Cooperação Mútua celebrados entre o FNDE e os bancos parceiros, a EEx. é isenta do pagamento de tarifas bancárias, fornecimento de extratos bancários, cartão magnético ou quaisquer taxas similares referentes à manutenção e movimentação da conta corrente aberta para as ações do PNAE;

X - a identificação de incorreções nos dados cadastrais da conta corrente faculta ao FNDE, independentemente de autorização da EEx., solicitar ao banco o seu encerramento e demais movimentações financeiras dela decorrentes;

XI - anualmente, prioritariamente no mês de janeiro, será permitida a alteração dos domicílios bancários por solicitação da EEx., desde que as justificativas apresentadas sejam aceitas pelo FNDE;

XII - a EEx. deverá publicizar o recebimento dos recursos de que trata este artigo ao CAE, aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, com sede no Município da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data do crédito na conta corrente específica do Programa, observado o disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

XIII - enquanto não utilizados, os recursos do PNAE deverão ser, obrigatoriamente, aplicados:

a) em caderneta de poupança aberta especificamente para o Programa quando a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês;

b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública federal, caso seja mais rentável, quando sua utilização estiver prevista para prazo inferior a um mês.

XIV - a aplicação financeira de que trata o inciso anterior deverá estar vinculada à mesma conta corrente na qual os recursos financeiros foram creditados pelo FNDE, inclusive quando se tratar de caderneta de poupança, cuja aplicação poderá se dar mediante a vinculação do correspondente número de operação à conta já existente;

XV - na impossibilidade da adoção do procedimento referido no inciso anterior para a aplicação dos recursos em caderneta de poupança, deverá a EEx. providenciar a abertura de conta específica para esse fim na mesma agência depositária dos recursos do PNAE;

XVI - a movimentação de recursos da conta específica do Programa somente será permitida para a compra de gêneros alimentícios ou para a realização de aplicações financeiras e das transferências previstas nos arts. 7º, 8º e 9º desta Resolução;

XVII - a movimentação dos recursos financeiros realizar-se-á exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores ou UEx., nos casos previstos no art. 8º;

XVIII - os rendimentos das aplicações financeiras deverão obrigatoriamente ser computados a crédito da conta específica e aplicados exclusivamente no custeio da aquisição de gêneros alimentícios para o Programa, e estão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

XIX - a aplicação financeira na forma prevista no inciso XIV deste artigo não desobriga a EEx. de efetuar as movimentações financeiras do Programa exclusivamente por intermédio da conta corrente aberta pelo FNDE;

XX - o saldo dos recursos recebidos à conta do PNAE existente em 31 de dezembro de cada ano será reprogramado para o exercício seguinte, e a critério do FNDE, o aceite poderá ser condicionado à análise de informações referentes à execução do Programa;

a) a reprogramação de que trata este inciso fica limitada em até 30% dos valores repassados no respectivo exercício;

b) na hipótese do saldo de que trata a alínea anterior ultrapassar a 30% do total de recursos disponíveis no exercício, os valores excedentes serão deduzidos do repasse do exercício subsequente;

c) considera-se total de recursos disponíveis no exercício, o somatório dos valores repassados no ano, de eventuais saldos reprogramados de exercícios anteriores e de rendimentos de aplicações no mercado financeiro;

d) excepcionalmente, nos casos em que forem repassadas parcelas de forma cumulativa nos últimos três meses, a reprogramação poderá exceder o limite previsto na alínea "a", ficando a análise e o aceite condicionados à discricionariedade do FNDE.

XXI - o percentual referente ao art. 14 da Lei nº 11.947/2009, não executado no exercício e não justificado, poderá ser descontado no exercício subsequente, em quantas parcelas forem necessárias;

XXII - não havendo renovação da delegação de rede de que trata o art. 6º, o saldo deverá ser reprogramado para utilização pela EEx. responsável pelo atendimento da rede no ano da delegação;

XXIII - as transferências de recursos efetuadas na forma deste artigo deverão ser incluídas nos respectivos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e não poderão ser considerados no cômputo dos 25% (vinte e cinco por cento) de impostos e transferências devidos à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino - MDE, por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal;

XXIV - a assistência financeira de que trata esta Resolução fica limitada ao montante da dotação consignada na Lei Orçamentária Anual - LOA para essa finalidade;

XXV - o FNDE divulgará a transferência dos recursos financeiros destinados ao PNAE no portal [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br);

XXVI - é de responsabilidade da EEx. o acompanhamento das transferências financeiras efetuadas pelo FNDE no âmbito do PNAE, de forma a garantir a aplicação tempestiva dos recursos creditados; e

XXVII - é vedado à EEx. transferir os recursos financeiros de que trata este inciso para conta diversa daquela aberta pelo FNDE, exceto nos casos em que:

a) o FNDE abrir nova conta;

b) a EEx. transferir os recursos diretamente às UEx., às escolas filantrópicas, inclusive comunitárias e confessionais, conforme



art. 9º desta Resolução; e

c) o pagamento direto ao fornecedor ocorrer por transferência eletrônica identificada.

## Seção II

### Da Reversão e Devolução de Valores ao FNDE

Art. 39 Ao FNDE é facultado descontar, estornar ou bloquear, conforme o caso, valores creditados na conta corrente da EEx., mediante solicitação direta ao agente financeiro depositário dos recursos, nas seguintes situações:

- I - ocorrência de depósitos indevidos;
- II - determinação do Poder Judiciário ou requisição do Ministério Público;
- III - constatação de irregularidades na execução do Programa; e
- IV - constatação de incorreções nos dados cadastrais das contas correntes.

Parágrafo único. Inexistindo saldo suficiente na conta corrente para efetivar o estorno e não havendo a previsão de repasses a serem efetuados, a EEx. ficará obrigada a restituir os recursos ao FNDE no prazo de cinco dias úteis a contar do recebimento da notificação, observado o disposto no artigo seguinte.

Art. 40 As devoluções de recursos financeiros referentes ao PNAE, independente do fato gerador que lhes deram origem, deverão ser efetuadas em agência do Banco do Brasil S/A, mediante utilização da Guia de Recolhimento da União - GRU, disponível em [www.fnnde.gov.br](http://www.fnnde.gov.br) (no menu "Serviços"), na qual deverão ser indicados a razão social, o CNPJ da EEx. e ainda:

- I - se a devolução ocorrer no mesmo ano do repasse dos recursos às EEx., deverão ser utilizados os códigos 153173 no campo "Unidade Gestora", 15253 no campo "Gestão", 66666-1 no campo "Código de Recolhimento" e o código 212198001 no campo "Número de Referência"; ou
- II - se a devolução for decorrente de repasse às EEx. ocorrido em anos anteriores ao da emissão da GRU, deverão ser utilizados os códigos 153173 no campo "Unidade Gestora", 15253 no campo "Gestão", **18858-1** no campo "Código de Recolhimento" e o código 212198001 no campo "Número de Referência".

**Nota:** Fica alterado o Código de Recolhimento **18858-1** para **18888-3**, de acordo com a Resolução 7/2014/CD/FNDE/MEC

§1º Nos casos em que a EEx. receber os recursos do PNAE em conta corrente aberta na Caixa Econômica Federal, a devolução de que trata o caput deste artigo deverá ser realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou Documento de Ordem de Crédito - DOC para a agência 1607-1, conta corrente 170.500-8, com os seguintes códigos:

I - 1531731525366666-1, no campo "nome do destinatário", se a devolução ocorrer no mesmo ano do repasse dos recursos às EEx.; ou

II - 1531731525318858-1, no campo "nome do destinatário", se a devolução for decorrente de repasse ocorrido em anos anteriores ao da devolução.

§2º Para fins do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, considera-se ano de repasse aquele em que foi emitida a respectiva ordem bancária pelo FNDE, disponível em [www.fnnde.gov.br](http://www.fnnde.gov.br).

§3º Os valores referentes às devoluções de que trata este artigo deverão ser informados no Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SIGPC Contas Online, por meio dos respectivos códigos da identificação do depósito de devolução.

§4º Eventuais despesas bancárias decorrentes das devoluções de que trata este artigo correrão às expensas da EEx. e não poderão ser lançadas na prestação de contas do Programa.

§5º As devoluções referidas nesta Resolução deverão ser atualizadas monetariamente pelo Índice do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, até a data em que for realizado o recolhimento, e a quitação ou a suspensão da inadimplência se dará com a suficiência do valor recolhido, em conformidade com o Sistema Débito do Tribunal de Contas da União, disponível em <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>.

## Seção III

### Da Suspensão e do Restabelecimento dos Repasses do Programa

Art. 41 É facultado ao FNDE suspender o repasse dos recursos do PNAE quando os Estados, o Distrito Federal e os Municípios:

- I - não constituírem o respectivo CAE ou deixarem de sanar suas pendências, no prazo estipulado pelo FNDE a contar da data da notificação, visando ao seu pleno funcionamento;
- II - não apresentarem a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos nas formas e prazos estabelecidos nos arts. 44 e 45;
- III - não apresentarem as justificativas a que se referem o art. 47 ou estas não forem aceitas pelo FNDE;
- IV - não executarem o Programa de acordo com as legislações pertinentes; e/ou V - não obtiverem a aprovação da prestação de contas pelo FNDE.

Parágrafo único. Ocorrendo a suspensão prevista neste artigo, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão garantir a oferta da alimentação escolar, de acordo com o estabelecido no inciso I do art. 17 da Lei nº 11.947/2009.

Art. 42 O restabelecimento do repasse dos recursos do PNAE às EEx. ocorrerá quando:

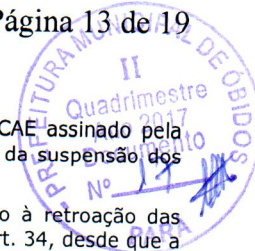
- I - a prestação de contas dos recursos recebidos for apresentada nas formas previstas no art. 45 desta Resolução;
- II - sanadas as irregularidades motivadoras da rejeição das contas ou que implicaram medida de exceção para recuperação de créditos não quitados;
- III - regularizadas as situações que motivaram a suspensão dos repasses com base no inciso IV do art. 41 desta Resolução;
- IV - aceitas as justificativas de que trata o §2º do art. 47 desta Resolução; e/ou V - motivado por decisão judicial.

§1º A EEx. fará jus aos pagamentos das parcelas a partir do mês em que a documentação de que tratam os incisos I a V deste artigo for protocolizada ou inserida nos sistemas do FNDE.

§2º Ao restabelecer os repasses do PNAE, na forma prevista neste artigo, o FNDE, após análise de cada caso específico, poderá repassar os recursos financeiros do período referente à suspensão de que trata o art. 41 desta Resolução.







§3º Para subsidiar a análise de que trata o parágrafo anterior, a EEx. deverá enviar ao FNDE parecer do CAE assinado pela maioria absoluta dos membros titulares, atestando o fornecimento da alimentação escolar durante o período da suspensão dos recursos, bem como a ata da reunião extraordinária realizada para discussão do assunto.

§4º A suspensão do repasse poderá ser revista pelo FNDE a qualquer tempo, inclusive no que diz respeito à retroação das parcelas não repassadas, na forma prevista no inciso I do art. 41, motivada pelo não cumprimento do §9º do art. 34, desde que a EEx. encaminhe ao FNDE a documentação comprobatória da indicação e nomeação dos membros do CAE, bem como a ata de eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

§5º A retroação das parcelas de que trata o parágrafo anterior ficará restrita ao mês em que ocorrer a efetiva constituição do CAE.

§6º Quando o restabelecimento do repasse a que se refere este artigo ocorrer após o envio de Tomada de Contas Especial ao Tribunal de Contas da União - TCU, o FNDE, por meio de Diretoria Financeira, deverá providenciar o encaminhamento da documentação recebida ao TCU, acompanhada de manifestação acerca da sua suficiência e pertinência para sanar a omissão ou a irregularidade praticada e da informação de que foi efetuado o restabelecimento do repasse à EEx.

Art. 43 Ocorrendo a suspensão prevista no art. 41, fica o FNDE autorizado a realizar, em conta específica, o repasse dos recursos equivalentes, pelo prazo de 180 dias, diretamente às UEx., conforme previsto no art. 38 desta Resolução, correspondentes às escolas atingidas, para fornecimento da alimentação escolar, dispensando-se o procedimento licitatório para aquisição emergencial dos gêneros alimentícios, mantidas as demais regras estabelecidas para execução do PNAE, inclusive quanto à prestação de contas.

Parágrafo único. Decorridos os 180 dias de que trata este artigo, a EEx. que não regularizar as pendências relativas ao PNAE perante o FNDE terá os recursos suspensos.

## CAPÍTULO IX

### DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PROGRAMA

Art. 44 A prestação de contas a ser realizada pela EEx., conforme Resolução nº 2, de 18 de janeiro de 2012 e suas alterações, consiste na comprovação do atingimento do objeto e do objetivo do Programa, quanto aos recursos financeiros repassados de cada exercício e ao cumprimento dos aspectos técnicos.

§1º Entende-se como objeto, para fins desta Resolução, a aquisição de gêneros alimentícios.

§2º Os recursos financeiros tratados no caput deste artigo incluem os da delegação de rede, os saldos reprogramados de exercícios anteriores e os rendimentos de aplicação financeira auferidos.

Art. 45 O prazo para a EEx. prestar contas no Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SIGPC Contas Online será até 15 de fevereiro do exercício subsequente ao do repasse, cabendo ao CAE emitir o parecer conclusivo sobre a prestação de contas no Sistema de Gestão de Conselhos - SIGECON Online até 31 de março.

§1º Os registros realizados no SIGPC Contas Online estarão disponíveis no SIGECON Online para o acompanhamento do CAE durante o exercício.

§2º A emissão do parecer conclusivo pelo CAE será efetivada após o envio da prestação de contas pela EEx, obedecidos os prazos citados no caput deste artigo.

§3º A análise financeira da prestação de contas pelo FNDE é de competência da Diretoria Financeira e a responsabilidade pela análise técnica caberá à Diretoria de Ações Educacionais.

§4º O FNDE, ao analisar o parecer conclusivo do CAE, adotará os procedimentos previstos no art. 5º da Resolução nº 2/2012.

§5º Na hipótese de divergência com os dados informados no parecer conclusivo do CAE ou identificada a ausência de documentos exigidos, o FNDE notificará a EEx. para, no prazo de 45 dias, providenciar a regularização da prestação de contas ou o recolhimento dos recursos devidamente atualizados.

§6º O CAE será comunicado pelo FNDE no caso de recolhimento dos recursos.

§7º Sanadas as ocorrências a que se refere o §5º deste artigo, o FNDE aprovará a prestação de contas da EEx.

§8º Esgotado o prazo estabelecido no §5º deste artigo sem que a EEx. regularize suas pendências, o FNDE não aprovará a prestação de contas.

§9º Quando a prestação de contas não for enviada ao FNDE, este notificará a EEx. e estabelecerá o prazo de 45 dias para o seu envio ou o recolhimento dos recursos devidamente atualizados, sem prejuízo da suspensão dos repasses de que trata o art. 41.

§10 Caso a prestação de contas não seja registrada e enviada no prazo estabelecido no parágrafo anterior ou não venha a ser aprovada, total ou parcialmente, o FNDE adotará as medidas de exceção visando à recuperação dos créditos, conforme prevê a Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.

§11 A EEx. deverá manter em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de vinte anos, a partir da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC, pelo TCU:

I - os documentos referentes à prestação de contas;

II - os termos de recebimento da agricultura familiar e as guias de remessa de alimentos emitidos em nome da contratante e identificadas com o nome do Programa/FNDE; e

III - os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos à conta do PNAE, ainda que a execução esteja a cargo das respectivas escolas.

§12 Os documentos de que tratam os incisos I a III do parágrafo anterior deverão ser disponibilizados, sempre que solicitado, ao TCU, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao CAE.

§13 Os dados relativos às notas fiscais de aquisição de gêneros alimentícios deverão ser registrados no SIGPC Contas Online durante o mesmo exercício da execução dos recursos pela EEx. para acompanhamento do FNDE e do CAE.

§14 Os registros mencionados no parágrafo anterior sobre a execução parcial do Programa devem ser lançados no SIGPC Contas Online pelo menos uma vez, até 31 de agosto do mesmo exercício, relativos ao primeiro semestre, e a qualquer tempo, durante os meses seguintes, referentes ao segundo semestre.

§15 Os lançamentos parciais de aquisição devem incluir as especificações dos gêneros alimentícios, conforme classificação informada no portal do FNDE, em [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br), suas quantidades e os valores.



Art. 46 O gestor, responsável pela prestação de contas, será responsabilizado civil, penal e administrativamente, caso insira ou facilite a inserção de dados falsos, altere ou exclua indevidamente dados no SIGPC Contas Online com o fim de obter vantagem para si ou para outrem ou para causar dano.

Art. 47 A EEx. que, por motivo de força maior ou caso fortuito, não apresentar ou não tiver aprovada a prestação de contas, deverá apresentar as devidas justificativas ao FNDE.

§1º Considera-se caso fortuito ou de força maior, dentre outros, a falta ou a não aprovação, no todo ou em parte, da prestação de contas, por dolo ou culpa de gestores anteriores.

§2º As justificativas a que se refere o caput deste artigo deverão ser, obrigatoriamente, apresentadas pelo gestor que estiver no exercício do cargo em que for levantada a omissão ou a irregularidade pelo FNDE, acompanhadas, necessariamente, de cópia de Representação protocolizada no respectivo órgão do Ministério Público, para adoção das providências cíveis e criminais de sua competência.

§3º É de responsabilidade do gestor sucessor a instrução obrigatória da Representação, nos moldes legais exigidos, a ser protocolizada no Ministério Público com, no mínimo, os seguintes documentos:

- I - qualquer documento disponível referente à transferência dos recursos;
- II - relatório das ações empreendidas com os recursos transferidos;
- III - qualificação do ex-gestor, inclusive com o endereço atualizado, se houver;
- IV - documento que comprove a situação atualizada da EEx. perante o FNDE, por meio do portal do FNDE; e
- V - extratos bancários da conta corrente específica, inclusive os de aplicação no mercado financeiro, se houver.

§4º A representação de que trata o §2º deste artigo dispensa o gestor atual da EEx. de apresentar ao FNDE as certidões relativas ao prosseguimento da medida adotada.

§5º Na hipótese de não serem apresentadas ou aceitas as justificativas de que trata este artigo, o FNDE adotará as medidas de exceção visando à recuperação dos créditos, conforme prevê a Instrução Normativa TCU nº 71/2012, em desfavor do gestor em exercício, na qualidade de corresponsável pelo dano causado ao erário, quando se tratar de omissão da prestação de contas cujo prazo para apresentação ao FNDE tiver expirado em sua gestão.

## CAPÍTULO X

### DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Art. 48 A fiscalização da gestão e da aplicação dos recursos financeiros provenientes do PNAE compete ao FNDE, ao órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, ao TCU e ao CAE, em conjunto com os demais entes responsáveis pelos sistemas de ensino, mediante a realização de auditorias e/ou análise dos processos que originarem as prestações de contas.

§1º O FNDE realizará nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a cada exercício financeiro, auditoria da gestão e da aplicação dos recursos financeiros do PNAE, por sistema de amostragem, podendo, para tanto, requisitar o encaminhamento de documentos e demais elementos que julgar necessários, bem como realizar fiscalização ou delegar esta competência a outro órgão ou entidade.

§2º Os órgãos e entidades referidos no caput deste artigo poderão celebrar convênios, acordos ou outros instrumentos congêneres, em regime de mútua cooperação, para auxiliar e aperfeiçoar o controle da gestão e da aplicação dos recursos financeiros do PNAE.

## CAPÍTULO XI

### DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Art. 49 O monitoramento consiste em um processo permanente de levantamento de dados, de análise e sistematização de informações e de verificação do andamento da execução do Programa que visa corrigir possíveis distorções, aprimorar a gestão e subsidiar a sua avaliação.

Parágrafo único. O processo de monitoramento do Programa dar-se-á por amostragem, nas Entidades Executoras e/ou nas Unidades Executoras.

Art. 50 A avaliação do PNAE dar-se-á mediante análise das informações coletadas por meio do monitoramento, das assessorias técnicas, das pesquisas e dos pareceres técnicos, de modo a verificar se foram atingidos o objeto, o objetivo e as metas do Programa.

Parágrafo único. O FNDE poderá celebrar convênios ou acordos, em regime de cooperação, para auxiliar e otimizar o controle do Programa, conforme disposto no parágrafo único, do art. 9º, da Lei nº 11.947/2009.

## CAPÍTULO XII

### DA DENÚNCIA

Art. 51 Qualquer pessoa física, associação ou sindicato, assim como demais pessoas jurídicas que representem a sociedade no controle da gestão pública, é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades na execução do PNAE perante o FNDE.

§1º A denúncia deverá conter:

- I - a descrição do fato com o maior número de informações possíveis para que seja apurada a provável irregularidade ou ilegalidade; e
- II - a identificação do órgão da Administração Pública e do responsável pela prática da irregularidade ou ilegalidade, bem como o local e a data provável do ocorrido.

§2º Ficará assegurado o sigilo quanto aos dados do denunciante.

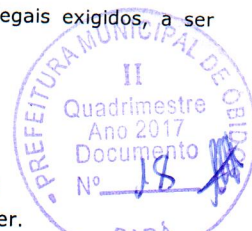
Art. 52 As denúncias destinadas ao FNDE deverão ser encaminhadas à sua Ouvidoria, no seguinte endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE, Brasília, DF, CEP 70070- 929, ou para o endereço eletrônico ouvidoria@fnde.gov.br.

Art. 53 Acolhida a denúncia formalmente identificada na execução do PNAE, o FNDE adotará as providências que julgar cabíveis.

## CAPÍTULO XIII

### DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Art. 54 O PNAE atenderá aos alunos inscritos no Programa Mais Educação em consonância com os critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC, consoante o §4º do art. 5º da Lei nº 11.947/2009.





Art. 55 As EEx. que possuam escolas que participem do Programa Mais Educação, conforme previsto no Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, deverão cumprir os seguintes critérios para que possam ser atendidas com recursos financeiros do PNAE previstos nesta Resolução:

I - ter nutricionista que assuma a responsabilidade técnica do Programa;

II - possuir cozinhas e refeitórios adequados para o fornecimento de, no mínimo, três refeições diárias; e

III - inserir em seu plano pedagógico o tema Segurança Alimentar e Nutricional, especialmente quanto à Alimentação Saudável e Adequada, correlacionada com a alimentação escolar.

Art. 56 O cardápio da alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, será elaborado por nutricionista habilitado, de modo a suprir, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos beneficiados, durante sua permanência mínima de 7h (sete horas) em sala de aula.

Art. 57 O atendimento aos beneficiários deste Programa será realizado por meio da transferência de recursos financeiros pelo FNDE, à conta do PNAE, para a oferta de, no mínimo, três refeições diárias aos alunos beneficiados na forma estabelecida no art. 54 desta Resolução.

Parágrafo único. A liberação periódica de recursos financeiros pelo FNDE, diretamente à EEx., terá como base o início da execução do Programa Mais Educação, conforme as informações do Censo Escolar/INEP do ano anterior ao do atendimento e às repassadas pela SEB/MEC.

Art. 58 Aplica-se ao Programa Mais Educação todos os dispositivos desta Resolução, no que couber.

#### CAPÍTULO XIV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59 As legislações provenientes das EEx. sobre o PNAE devem estar em consonância com o disposto nas legislações previstas nas normas de execução sobre o Programa.

Art. 60 A equipe técnica do PNAE desenvolverá material e apoiará a promoção de cursos de capacitação e /ou formação visando a melhor operacionalização do Programa e atuação do CAE.

Parágrafo único. Cabe às EEx., em parceria com o FNDE, realizar a capacitação dos envolvidos na execução do PNAE e no controle social, conforme o disposto no inciso IV do art. 17 da Lei nº 11.947/09.

Art. 61 A forma de transferência, movimentação e prestação de contas dos recursos financeiros devidos à rede federal de educação básica, processar-se-á de acordo com o disposto na Resolução CD/FNDE nº 31, de 1º de julho de 2011.

Art. 62 As despesas realizadas com recursos do PNAE deverão ser comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, na forma da legislação à qual a EEx. estiver vinculada.

Parágrafo único. Os documentos de que trata este artigo deverão ser emitidos em nome da EEx. e identificados com o nome do FNDE e do Programa.

Art. 63 Excepcionalmente, a critério do FNDE, poderão ser aceitos documentos enviados via fac-símile ou meio eletrônico, condicionados à apresentação dos originais ou cópia autenticada em prazo não superior a quinze dias da data da transmissão, sob pena de serem considerados como não praticados os atos fundamentados nas peças não substituídas.

Art. 64 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Resolução, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for expressamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo só iniciam e vencem em dia de expediente no FNDE.

Art. 65 A solicitação de prorrogação de prazo somente será analisada se apresentada tempestivamente ao FNDE, podendo ser concedido novo prazo, por igual período da notificação original, caso seja verificada a pertinência da fundamentação.

Art. 66 O FNDE poderá firmar Acordos de Cooperação Técnica Internacional objetivando as transferências de tecnologias sociais sobre a Alimentação Escolar, de modo a promover a interação com países, organismos e instituições internacionais.

Art. 67 O FNDE poderá fomentar Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar, centros ou núcleos de referência em alimentação escolar, ou parcerias por meio de projetos, com órgãos ou entidades públicas, entidades sem fins lucrativos, entidades privadas, instituições e entidades de ensino e pesquisa e associações técnico-científicas, para que possam prestar apoio ao PNAE, no âmbito nacional e/ou internacional.

Art. 68 Deve o gestor zelar pelo cumprimento desta norma.

Art. 69 As aquisições realizadas no âmbito do PNAE visam contribuir para o desenvolvimento local e sustentável, conforme a Lei nº 11.947/2009.

Art. 70 Os casos omissos ou excepcionais serão analisados pelo FNDE.

Art. 71 Os Anexos e os Formulários de que trata esta Resolução estão disponíveis no sítio [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).

Art. 72 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, e outras disposições em contrário.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

ANEXOS - PDF (<http://anexos.datalegis.inf.br/arquivos/1238245.pdf>) - ANEXOS - WORD (<http://anexos.datalegis.inf.br/arquivos/1238246.doc>)

#### ANEXO I

#### (MODELO)

NOME DA PREFEITURA

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade \_\_\_\_\_, Prefeito(a) Municipal de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, no uso das atribuições legais que me foram conferidas e sob as penalidades da Lei, e tomando por base o Art. 7º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estou de acordo com a delegação que me foi conferida pela Secretaria de Educação do Estado \_\_\_\_\_, assumindo perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o compromisso de atender aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados na área de jurisdição do Município, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme assinalado abaixo:



- [ ] PNACN - alunos matriculados na Creche  
 [ ] PNAPN - alunos matriculados na Pré escola  
 [ ] PNAFN - alunos matriculados no Ensino Fundamental  
 [ ] PNAMN - alunos matriculados no Ensino Médio  
 [ ] PNAEN - alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos - EJA  
 [ ] PNAIN - alunos matriculados em escolas em áreas indígenas  
 [ ] PNAQN - alunos matriculados em escolas em áreas remanescentes de quilombos



\_\_\_\_\_  
 (Nome do Município/UF)  
 \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 (data)

\_\_\_\_\_  
 (Nome legível e assinatura do(a) Prefeito(a))

## ANEXO II

### PROCEDIMENTOS PARA INCLUSÃO, ALTERAÇÃO E EXCLUSÃO DO CADASTRO DE NUTRICIONISTA

#### Inclusão no cadastro

O cadastro do nutricionista responsável técnico pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme prevê o §4º do art. 13 desta Resolução, deverá ser efetivado, conforme se segue:

- por meio de formulário específico, disponível em [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br), na página da Alimentação Escolar (alimentação e nutrição), (formulário de cadastro do nutricionista), tanto responsável técnico (RT) como do quadro técnico (QT), o qual será devidamente preenchido e assinado pelo(s) nutricionista(s), responsável-técnico, com o respectivo carimbo de identificação e, ainda, com a anuência expressa (assinatura) do gestor responsável pela Entidade Executora.

O documento acima citado, original ou cópia autenticada, deverá ser encaminhado a esta Autarquia, sendo de inteira responsabilidade do nutricionista e do gestor responsável pela EE pelas informações declaradas.

#### Alteração no cadastro

Qualquer solicitação de alteração de dados cadastrais contidos no Formulário de Cadastro do Nutricionista, este deverá ser enviado para o endereço eletrônico institucional da COTAN ([cotan@fnde.gov.br](mailto:cotan@fnde.gov.br)) ou ainda por contato telefônico (61) 2022-5663/-5662/-5664/-5649.

#### Exclusão no cadastro

Para excluir os dados correspondentes ao nutricionista responsável-técnico pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do cadastro do FNDE, o profissional juntamente com a Entidade Executora (Estados, Distrito Federal e Municípios) deverá solicitar oficialmente ao FNDE, por meio do encaminhamento de uma declaração, original ou cópia autenticada, com as seguintes informações:

- data do término do contrato;
- assinatura do nutricionista, nome legível ou carimbo;
- anuência formal do gestor responsável, com nome legível e cargo ou carimbo, conforme modelo anexo.

Observação: caso não seja possível a assinatura do nutricionista ou do gestor, a declaração de desvinculação poderá ser enviada ao FNDE contendo justificativa da ausência da assinatura, acompanhado de documentos que comprovem o afastamento do profissional (Exemplos: rescisão de contrato, exoneração, registro do término do período, carteira de trabalho, etc.) por qualquer uma das partes (profissional ou gestor).

## ANEXO II (cont.)

### DECLARAÇÃO DE DESVINCULAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, CRN nº \_\_\_\_\_, Região, declaro que, a partir da data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por motivo(s) \_\_\_\_\_, me desligo das incumbências a mim atribuídas como responsável-técnico do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no (Município/Estado) de \_\_\_\_\_.

Em, de de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do nutricionista  
 (nome legível ou carimbo de identificação)

De acordo.

Em, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do gestor municipal ou estadual  
 (nome legível ou carimbo de identificação)

## ANEXO III

### VALORES DE REFERÊNCIA DE ENERGIA, MACRO E MICRONUTRIENTES\*

| 20% das necessidades nutricionais diárias |       |                |                  |               |              |            |           |        |               |    |    |    |
|-------------------------------------------|-------|----------------|------------------|---------------|--------------|------------|-----------|--------|---------------|----|----|----|
| Categoria                                 | Idade | Energia (Kcal) | Carboidratos (g) | Proteínas (g) | Lípidios (g) | Fibras (g) | Vitaminas |        | Minerais (mg) |    |    |    |
|                                           |       |                |                  |               |              |            | A         | C (mg) | Ca            | Fe | Mg | Zn |
|                                           |       |                |                  |               |              |            | (µg)      |        |               |    |    |    |



\* Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2001; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2003; Fibras, Vitaminas e Minerais – Referência da Ingestão Dietética (DRI) / Instituto de Medicina Americano (IOM), 1997 – 2000 – 2001. Adaptada.

\* Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2001; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2003; Fibras, Vitaminas e Minerais – Referência da Ingestão Dietética (DRI) / Instituto de Medicina Americano (IOM), 1997 – 2000 – 2001. Adaptada

## VALORES DE REFERÊNCIA DE ENERGIA, MACRO E MICRONUTRIENTES\* (cont.)

\* Fonte: Energia – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2001; Carboidrato, Proteína e Lipídio – Organização Mundial de Saúde (OMS), 2003; Fibras, Vitaminas e Minerais – Referência da Ingestão Dietética (DRI) / Instituto de Medicina Americano (IOM), 1997 – 2000 – 2001. Adaptada.

| PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR |        |                   |                  |                          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------------------|------------------|--------------------------|
| Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº                     |        |                   |                  |                          |
| I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES                                                        |        |                   |                  |                          |
| A - Grupo Formal                                                                          |        |                   |                  |                          |
| 1. Nome do Proponente                                                                     |        |                   | 2. CNPJ          |                          |
|                                                                                           |        |                   |                  |                          |
| 3. Endereço                                                                               |        | 4. Município      | 5. CEP           |                          |
|                                                                                           |        |                   |                  |                          |
| 6. Nome do representante legal                                                            |        | 7. CPF            |                  | 8. DDD/Fone              |
|                                                                                           |        |                   |                  |                          |
| 9. Banco                                                                                  |        | 10. Nº da Agência |                  | 11. Nº da Conta Corrente |
|                                                                                           |        |                   |                  |                          |
| B - Grupo Informal                                                                        |        |                   |                  |                          |
| 1. Nome do Proponente                                                                     |        |                   |                  |                          |
|                                                                                           |        |                   |                  |                          |
| 3. Endereço                                                                               |        | 4. Município      | 5. CEP           |                          |
|                                                                                           |        |                   |                  |                          |
| 6. Nome da Entidade Articuladora                                                          |        | 7. CPF            |                  | 8. DDD/Fone              |
|                                                                                           |        |                   |                  |                          |
| C - Fornecedor participantes (Grupo Formal e Informal)                                    |        |                   |                  |                          |
| 1. Nome                                                                                   | 2. CPF | 3. DAP            | 4. Nº da Agência | 5. Nº da Conta Corrente  |



<https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico...> 10/05/2017



|               |                                             |            |
|---------------|---------------------------------------------|------------|
|               |                                             | CPF:       |
| Local e Data: | Agricultores Fornecedores do Grupo Informal | Assinatura |
|               |                                             |            |
|               |                                             |            |



## ANEXO V

(MODELO - Exclusivo para Municípios)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

## TERMO DE COMPROMISSO

Eu, \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo (a) \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, Prefeito do Município de \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_, no uso das atribuições legais que me foram conferidas e sob as penalidades da Lei, assumo perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE o compromisso de:

I - determinar que a Secretaria ou Departamento de Saúde, ou órgão similar, e Secretaria de Agricultura desse Município, exerça a inspeção sanitária dos alimentos utilizados no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

II - autorizar que a Secretaria ou Departamento de Saúde, ou órgão similar, e Secretaria de Agricultura desse Município estabeleça parceria com a Secretaria de Saúde e Secretaria de Agricultura do Estado, ou órgão similar, para auxiliar no cumprimento dessa atribuição.

Local e Data

Nome, assinatura e carimbo do dirigente da Entidade Executora

## ANEXO V

(MODELO - Exclusivo para Secretarias de Estado de Educação)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

## TERMO DE COMPROMISSO

Eu, \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo (a) \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, Governador do Estado de \_\_\_\_\_ (ou do Distrito Federal) no uso das atribuições legais que me foram conferidas e sob as penalidades da Lei, assumo perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE o compromisso de determinar que a Secretaria de Educação estabeleça parceria com a Secretaria de Saúde, ou órgão similar, e Secretaria de Agricultura do Estado ou do Distrito Federal e, quando for o caso, dos Municípios, para realizar a inspeção sanitária dos alimentos utilizados no Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas de sua rede.

Local e Data

Nome, assinatura e carimbo do dirigente da Entidade Executora

D.O.U., 18/06/2013 - Seção 1

Este texto não substitui a Publicação Oficial.





**ALTERAÇÃO E REDAÇÃO DOS  
ARTIGOS 25 A 32 DA  
RESOLUÇÃO/CD/FNDE N° 26, DE 17  
DE JUNHO DE 2013.**





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO DELIBERATIVO**  
**RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE ABRIL DE 2015**

Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), INTERINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 4º, §1º, e 14, inciso II, do Anexo I, do Decreto n.º 7.691, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, e pelos arts. 3º, inciso I, alíneas "a" e "b", 5º, caput, e 6º, inciso VI, do Anexo da Resolução/CD/FNDE nº 31, de 30 de setembro de 2003, e

CONSIDERANDO a importância da intersetorialidade entre educação, saúde, agricultura e desenvolvimento social por meio de políticas, programas, projetos e ações governamentais e não governamentais para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;

CONSIDERANDO o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local, resolve

"ad referendum" que:

Art. 1º Os artigos 25 a 27, 29, 31 e 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.25 Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

§ 1º - Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.





II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

§ 2º - Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

§3º Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput e nos §1º e §2º.

§4º Para efeitos do disposto neste artigo, serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso do grupo formal, e 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).

§5º No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no §2º inciso I deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas -, conforme identificação na(s) DAP(s).

§6º No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no §2º inciso III deste artigo, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica.

§7º Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

Art. 26 As EEx. deverão publicar os editais de chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar em jornal de circulação local e na forma de mural em local público de ampla circulação, divulgar em seu endereço na internet, caso haja, e divulgar para organizações locais da agricultura familiar e para entidades de assistência técnica e extensão rural do município ou do estado. Se necessário, publique-se em jornal





de circulação regional, estadual ou nacional e em rádios locais.

§1º Os editais das chamadas públicas deverão permanecer abertos para recebimento dos projetos de venda por um período mínimo de 20 dias.

§2º Os gêneros alimentícios a serem entregues ao contratante serão os definidos na chamada pública de compra, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente e que a substituição seja atestada pelo RT, que poderá contar com o respaldo do CAE.

Art. 27 Para a habilitação dos projetos de venda exigir-seá:

§1º Dos Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante (Anexo IV);

IV - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

§2º Dos Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

§3º Dos Grupos Formais, detentores de DAP Jurídica:

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;





IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados; e

VII - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e

VIII - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

§4º Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado à EEx. a abertura de prazo para a regularização da documentação.

Art. 29 O preço de aquisição dos gêneros alimentícios será determinado pela EEx., com base na realização de pesquisa de preços de mercado.

§1º O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, priorizando a feira do produtor da agricultura familiar, quando houver, acrescido dos insumos exigidos no edital de chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

§2º Na impossibilidade da pesquisa ser realizada em âmbito local, deverá ser realizada ou complementada em âmbito territorial, estadual ou nacional, nessa ordem.

§3º: Os preços de aquisição definidos pela EEx. deverão constar na chamada pública, e serão os preços pagos ao agricultor familiar, empreendedor familiar rural e/ou suas organizações pela venda do gênero alimentício.

§4º Na impossibilidade de realização de pesquisa de preços de produtos agroecológicos ou orgânicos, a EEx. poderá acrescentar aos preços desses produtos em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

§5º O projeto de venda a ser contratado deverá ser selecionado conforme os critérios estabelecidos pelo art. 25.

§ 6º A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata, ao término do prazo de apresentação dos projetos.

Art. 31 Os projetos de venda selecionados resultarão na celebração de contratos com a EEx., os quais deverão estabelecer os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública.

Art. 32 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP Familiar /ano/entidade executora, e obedecerá as seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais),





por DAP Familiar /ano/EEEx.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP Familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

§1º Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx. a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais.

§2º Cabe às EEx. a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos informais e agricultores individuais. A estas também compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações nos casos de comercialização com grupos formais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLAUDIO COSTA

#### ANEXO I

#### MODELO PROPOSTO DE CHAMADA PÚBLICA

#### MODELO

Logomarca da Entidade Executora

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

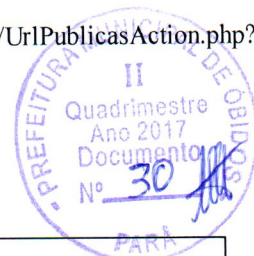
Chamada Pública n.º xx/xxxx, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º xx/xxxx.

A Prefeitura Municipal xxxxxxxx, pessoa jurídica de direito público, com sede à xxxxxxx, nº, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxx, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Senhor xxxxxxx, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE nº xx/xxxx, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae, durante o período de xxxxxxx. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda no período de xxxxxx, às xxx horas, na sede da xxxxxxx, localizada á xxxxxx.

#### 1. OBJETO

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:





| Nº | Produto | Unidade | Quantidade | *Preço de Aquisição (R\$) |             |
|----|---------|---------|------------|---------------------------|-------------|
|    |         |         |            | Unitário                  | Valor Total |
|    |         |         |            |                           |             |
|    |         |         |            |                           |             |

\*Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar. (Resolução FNDE xx/xxxx, Art.29, §3º).

## 2. FONTE DE RECURSO

Recursos provenientes do xxxxxxxxxxxx

## 3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE nº xx/xxxx.

### 3.1. ENVELOPE Nº 001 - HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).

O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

### 3.2. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;





e

V - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

### 3.3. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V - o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII - a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.

VIII - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e

### 4. ENVELOPE Nº 02 - PROJETO DE VENDA

4.1. No Envelope nº 02 os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme Anexo xx (modelo da Resolução FNDE n.º xx/xxxx).

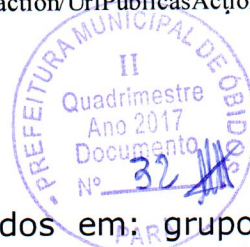
4.2. A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata XX após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado XX dias após o prazo da publicação da relação dos proponentes e no prazo de XX dias o(s) selecionado(s) será(ão) convocado(s) para assinatura do(s) contrato(s).

4.3 - O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 25 da Resolução.

4.4. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

4.5. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até xxxx dias, conforme análise da Comissão Julgadora.





## 5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

5.1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

5.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

5.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.

5.4. No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior percentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

5.5. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

## 6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

O(s) fornecedor (es) classificado(s) em primeiro lugar dos deverão entregar as amostras indicadas no quadro abaixo na xxxxxx, com sede à xxxxx, até o dia xxxx, até as xxxx horas, para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos, as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.

O resultado da análise será publicado em XX dias após o prazo da apresentação das amostras.

| Nº | Produto |
|----|---------|
|----|---------|





## 7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma abaixo:

| Produtos | Quantidade | Local da entrega | Periodicidade de entrega (semanal, quinzenal) |
|----------|------------|------------------|-----------------------------------------------|
|          |            |                  |                                               |
|          |            |                  |                                               |
|          |            |                  |                                               |
|          |            |                  |                                               |

## 8. PAGAMENTO

O pagamento será realizado até xxxx dias após a última entrega do mês, através de xxxxxxxx, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida nos seguintes locais: xxxxxxxxxxxxxxxx

9.1. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

9.2. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá as seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/E.Ex.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

9.3. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III - Dos Contratos, da Lei 8.666/1993.

Município/UF), aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_





## SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITO MUNICIPAL

### ANEXO II

### MODELO PROPOSTO DE CONTRATO DE VENDA (MODELO)

CONTRATO N.º /20XX

### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

A (nome da entidade executora), pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal ou fornecedor individual), com situado à Av. \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, (para grupo formal), CPF sob n.º \_\_\_\_\_ (grupos informais e individuais), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, \_\_\_ semestre de 20XX, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º \_\_\_\_\_, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

#### CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de



Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

| Produto                 | Unidade | Quantidade | Periodicidade de Entrega | Preço de Aquisição                               |             |
|-------------------------|---------|------------|--------------------------|--------------------------------------------------|-------------|
|                         |         |            |                          | Preço Unitário<br>(divulgado na chamada pública) | Preço Total |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
|                         |         |            |                          |                                                  |             |
| Valor Total do Contrato |         |            |                          |                                                  |             |

#### CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: \_\_\_\_\_ PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

#### CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

#### CLÁUSULA OITAVA:



O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013

as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

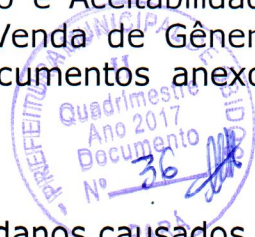
A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º \_\_\_\_\_/20XX, pela Resolução CD/FNDE nº \_\_\_\_/20XX, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.







#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até \_\_\_\_de \_\_\_\_de \_\_\_\_.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de \_\_\_\_\_ para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

\_\_\_\_\_(município), \_\_\_\_de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO(S) (Individual ou Grupo Informal)

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA (Grupo Formal)

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

#### ANEXO III

#### MODELO PROPOSTO DE PESQUISA DE PREÇO

#### PESQUISA DE PREÇO

PRODUTOS CONVENCIONAIS (aqueles produzidos com o uso de agroquímicos).





| Produtos | Mercado 01 Data:<br>Nome:<br>CNPJ:<br>Endereço: | Mercado 02 Data:<br>Nome:<br>CNPJ:<br>Endereço: | Mercado 03 Data:<br>Nome:<br>CNPJ:<br>Endereço: | Preço Médio | Preço de Aquisição* |
|----------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------|---------------------|
|          |                                                 |                                                 |                                                 |             |                     |
|          |                                                 |                                                 |                                                 |             |                     |
|          |                                                 |                                                 |                                                 |             |                     |
|          |                                                 |                                                 |                                                 |             |                     |
|          |                                                 |                                                 |                                                 |             |                     |
|          |                                                 |                                                 |                                                 |             |                     |

\* Preço pago ao fornecedor da agricultura familiar.

Os produtos pesquisados para definição de preços deverão ter as mesmas características descritas no edital de chamada pública. Na pesquisa de preços, observar o Artigo 29 da Resolução FNDE nº xx/201x, para a seleção de mercado e definição do preço de aquisição. Priorizar os mercados da agricultura familiar como feiras livres e outros. Na definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou dos Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, a Entidade Executora deverá considerar todos os insumos exigidos tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. Estas despesas deverão ser acrescidas ao preço médio para definir o preço de aquisição.

Produtos Orgânicos ou Agroecológicos (produzidos sem o uso de agroquímicos).

| Produtos | *Mercado 01 Nome:<br>CNPJ:<br>Endereço: | Mercado 02 Nome:<br>CNPJ:<br>Endereço: | Mercado 03 Nome:<br>CNPJ:<br>Endereço: | Preço Médio | Preço de Aquisição* |
|----------|-----------------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------|-------------|---------------------|
|          |                                         |                                        |                                        |             |                     |
|          |                                         |                                        |                                        |             |                     |
|          |                                         |                                        |                                        |             |                     |

\* Preço pago ao fornecedor da agricultura familiar.

A Entidade Executora que priorizar na chamada pública a aquisição de produtos orgânicos ou agroecológicos poderá acrescentar os preços em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. (Resolução nº 26/2013, Art. 29: §2º).

Quando houver mercados de produtos orgânicos a pesquisa de preços deve ser nesses mercados. Os produtos pesquisados para definição de preços deverão ter as mesmas características descritas no edital de chamada pública. Na pesquisa de preços, observar o Artigo 29 da Resolução FNDE nº xx/201x, para a seleção de mercado e definição do preço de aquisição. Priorizar os mercados da agricultura familiar como feiras livres e outros. Na definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou dos Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, a Entidade Executora deverá considerar todos os insumos exigidos tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. Estas despesas deverão ser acrescidas ao preço médio para definir o preço de aquisição.





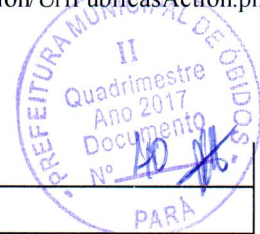
**ANEXO IV**  
**MODELO DE PROJETO DE VENDA**  
**MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS FORMAIS**

|                                                                                                                                              |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---------------------------------------------------------|------------------------|----------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE                                               |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº                                                                        |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
| I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES                                                                                                           |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
| GRUPO FORMAL                                                                                                                                 |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
| 1. Nome do Proponente                                                                                                                        |            |                                                         | 2. CNPJ                |                      |                                       |                       |
| 3. Endereço                                                                                                                                  |            | 4. Município/UF                                         |                        |                      |                                       |                       |
| 5. E-mail                                                                                                                                    |            | 6. DDD/Fone                                             |                        |                      | 7. CEP                                |                       |
| 8. Nº DAP Jurídica                                                                                                                           |            | 9. Banco                                                |                        | 10. Agência Corrente |                                       | 11. Conta Nº da Conta |
| 12. Nº de Associados                                                                                                                         |            | 13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006 |                        |                      | 14. Nº de Associados com DAP Física   |                       |
| 15. Nome do representante legal                                                                                                              |            | 16. CPF                                                 |                        |                      | 17. DDD/Fone                          |                       |
| 18. Endereço                                                                                                                                 |            |                                                         | 19. Município/UF       |                      |                                       |                       |
| II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC                                                                                    |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
| 1. Nome da Entidade                                                                                                                          |            |                                                         | 2. CNPJ                |                      |                                       | 3. Município/UF       |
| 4. Endereço                                                                                                                                  |            |                                                         | 5. DDD/Fone            |                      |                                       |                       |
| 6. Nome do representante e e-mail                                                                                                            |            |                                                         |                        | 7. CPF               |                                       |                       |
| III - RELAÇÃO DE PRODUTOS                                                                                                                    |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
| 1. Produto                                                                                                                                   | 2. Unidade | 3. Quantidade                                           | 4. Preço de Aquisição* |                      | 5. Cronograma de Entrega dos produtos |                       |
|                                                                                                                                              |            |                                                         | 4.1. Unitário          | 4.2. Total           |                                       |                       |
|                                                                                                                                              |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
|                                                                                                                                              |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
| OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).                                                         |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
| Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento. * |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
| Local e Data                                                                                                                                 |            | Assinatura do Representante do Grupo Formal             |                        |                      | Fone/E-mail:                          |                       |
|                                                                                                                                              |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |
|                                                                                                                                              |            |                                                         |                        |                      |                                       |                       |

**MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS INFORMAIS**

|                                                                                                |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE |  |
| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº                          |  |





## I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

## GRUPO INFORMAL

|                                                            |                                                     |                 |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-----------------|
| 1. Nome do Proponente                                      | 2. CPF                                              |                 |
| 3. Endereço                                                | 4. Município/UF                                     | 5. CEP          |
| 6. E-mail (quando houver)                                  | 7. Fone                                             |                 |
| 8. Organizado por Entidade Articuladora<br>( ) Sim ( ) Não | 9. Nome da Entidade Articuladora<br>(quando houver) | 10. E-mail/Fone |

## II - FORNECEDORES PARTICIPANTES

| 1. Nome do Agricultor (a) Familiar | 2. CPF | 3. DAP | 4. Banco | 5. Nº Agência | 6. Nº Conta Corrente |
|------------------------------------|--------|--------|----------|---------------|----------------------|
|                                    |        |        |          |               |                      |
|                                    |        |        |          |               |                      |
|                                    |        |        |          |               |                      |
|                                    |        |        |          |               |                      |
|                                    |        |        |          |               |                      |

## III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

|                                   |             |              |
|-----------------------------------|-------------|--------------|
| 1. Nome da Entidade               | 2. CNPJ     | 3. Município |
| 4. Endereço                       | 5. DDD/Fone |              |
| 6. Nome do representante e e-mail | 7. CPF      |              |

## III - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

| 1. Identificação do Agricultor (a) Familiar | 2. Produto | 3. Unidade | 4. Quantidade | 5. Preço de Aquisição* /Unidade | 6. Valor Total   |
|---------------------------------------------|------------|------------|---------------|---------------------------------|------------------|
|                                             |            |            |               |                                 | Total agricultor |
|                                             |            |            |               |                                 | Total agricultor |
|                                             |            |            |               |                                 | Total agricultor |
|                                             |            |            |               |                                 | Total agricultor |
|                                             |            |            |               |                                 | Total agricultor |
|                                             |            |            |               |                                 | Total agricultor |
| Total do projeto                            |            |            |               |                                 |                  |

OBS: \* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

## IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

| 1. Produto | 2. Unidade | 3. Quantidade | 4. Preço/Unidade | 5. Valor Total por Produto | 6. Cronograma de Entrega dos Produtos |
|------------|------------|---------------|------------------|----------------------------|---------------------------------------|
|            |            |               |                  |                            |                                       |





|                                                                                                                                            |                                                       |  |  |                      |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|--|--|----------------------|--|
|                                                                                                                                            |                                                       |  |  |                      |  |
|                                                                                                                                            |                                                       |  |  |                      |  |
|                                                                                                                                            |                                                       |  |  | Total do projeto:    |  |
| Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento. |                                                       |  |  |                      |  |
| Local e Data:                                                                                                                              | Assinatura do Representante do Grupo Informal         |  |  | Fone/E-mail:<br>CPF: |  |
| Local e Data:                                                                                                                              | Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal |  |  | Assinatura           |  |
|                                                                                                                                            |                                                       |  |  |                      |  |
|                                                                                                                                            |                                                       |  |  |                      |  |
|                                                                                                                                            |                                                       |  |  |                      |  |

## MODELO PROPOSTO PARA OS FORNECEDORES INDIVIDUAIS

| PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE                                             |                                     |                   |                     |                           |                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------------|------------------------------------|
| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº                                                                      |                                     |                   |                     |                           |                                    |
| I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR                                                                                                             |                                     |                   |                     |                           |                                    |
| FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL                                                                                                                  |                                     |                   |                     |                           |                                    |
| 1. Nome do Proponente                                                                                                                      |                                     |                   | 2. CPF              |                           |                                    |
| 3. Endereço                                                                                                                                |                                     | 4. Município/UF   |                     | 5. CEP                    |                                    |
| 6. Nº da DAP Física                                                                                                                        |                                     | 7. DDD/Fone       |                     | 8. E-mail (quando houver) |                                    |
| 9. Banco                                                                                                                                   |                                     | 10. Nº da Agência |                     | 11. Nº da Conta Corrente  |                                    |
| II- Relação dos Produtos                                                                                                                   |                                     |                   |                     |                           |                                    |
| Produto                                                                                                                                    | Unidade                             | Quantidade        | Preço de Aquisição* |                           | Cronograma de Entrega dos produtos |
|                                                                                                                                            |                                     |                   | Unitário            | Total                     |                                    |
|                                                                                                                                            |                                     |                   |                     |                           |                                    |
|                                                                                                                                            |                                     |                   |                     |                           |                                    |
|                                                                                                                                            |                                     |                   |                     |                           |                                    |
| OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).                                                       |                                     |                   |                     |                           |                                    |
| III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC                                                                                 |                                     |                   |                     |                           |                                    |
| Nome                                                                                                                                       |                                     | CNPJ              |                     | Município                 |                                    |
| Endereço                                                                                                                                   |                                     |                   |                     | Fone                      |                                    |
| Nome do Representante Legal                                                                                                                |                                     |                   | CPF                 |                           |                                    |
| Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento. |                                     |                   |                     |                           |                                    |
| Local e Data:                                                                                                                              | Assinatura do Fornecedor Individual |                   | CPF:                |                           |                                    |

D.O.U., 08/04/2015 - Seção 1



*Este texto não substitui a Publicação Oficial.*







**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**GESTÃO FINANCEIRA**

CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-1550  
Trav. Bom Jesus, s/n – Centro – Óbidos - PA - CEP: 68.250-000

Planilha de quantitativo e especificações para aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a alimentação Escolar do Município de Óbidos do ano de 2017

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                       | UNID. | QUANT./<br>1 (UM)<br>MÊS | QUANT.<br>6 (SEIS)<br>MESES | COTAÇÃO - PREÇO UNITÁRIO          |                                           |                                                                                                     |                                        |                                      |                                                |                                     | VALOR<br>TOTAL<br>1 (UM)<br>MÊS | VALOR<br>TOTAL<br>6 (SEIS)<br>MESES |                  |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|--------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|------------------|
|      |                                                                                                                     |       |                          |                             | ISAIAS<br>DOS<br>REIS DA<br>COSTA | JOSÉ<br>MARIA<br>RODRIGU<br>ES<br>MOREIRA | COOPERATI<br>VA MISTA<br>DE<br>PRODUTORE<br>S E<br>PRODUTORE<br>S DE<br>ÓBIDOS -<br>NOVA<br>ALIANÇA | DOMING<br>AS<br>BARRO<br>S DE<br>SOUZA | RAIMUN<br>DO<br>RAMOS<br>DA<br>SILVA | ENNIO<br>HECKE<br>N DA<br>SILVA<br>RIBEIR<br>O | CLEON<br>E DE<br>SOUZA<br>MATO<br>S |                                 |                                     |                  |
| 1    | Alface – Tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes. | Unid. | 500                      | 3000                        | R\$<br>3,00                       | R\$<br>3,30                               | R\$<br>3,00                                                                                         | R\$<br>2,45                            | R\$<br>2,50                          |                                                | R\$<br>3,00                         | R\$<br>2,88                     | R\$<br>1.437,50                     | R\$<br>8.625,00  |
| 2    | Abacaxi – In natura, tamanho médio, sem danos e de boa qualidade.                                                   | Unid. | 400                      | 2400                        | R\$<br>5,00                       | R\$<br>6,00                               | R\$<br>5,00                                                                                         |                                        |                                      |                                                | R\$<br>5,00                         | R\$<br>5,25                     | R\$<br>2.100,00                     | R\$<br>12.600,00 |







**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**GESTÃO FINANCEIRA**

CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-1550  
Trav. Bom Jesus, s/n – Centro – Óbidos - PA - CEP: 68.250-000

|   |                                                                                                                                                                                                 |       |     |      |              |              |              |  |  |  |             |             |              |                 |                  |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----|------|--------------|--------------|--------------|--|--|--|-------------|-------------|--------------|-----------------|------------------|
| 3 | Batata doce –<br>Embalagem tipo<br>rede, pesando até<br>3 kg, de ótima<br>qualidade,<br>compacta, firme,<br>coloração<br>uniforme, aroma e<br>sabor típica da<br>espécie em<br>perfeito estado. | Kg.   | 300 | 1800 | R\$<br>5,00  | R\$<br>3,50  | R\$<br>4,50  |  |  |  |             | R\$<br>3,50 | R\$<br>4,13  | R\$<br>1.237,50 | R\$<br>7.425,00  |
| 4 | Beijú de farinha –<br>sem castanha,<br>embalagem<br>plástica selada de<br>2 kg, fabricação de<br>no mínimo 10 dias<br>antes da entrega.                                                         | Kg.   | 500 | 3000 | R\$<br>12,00 | R\$<br>13,00 | R\$<br>12,00 |  |  |  |             |             | R\$<br>12,33 | R\$<br>6.166,67 | R\$<br>37.000,00 |
| 5 | Beijú de farinha –<br>Com castanha,<br>embalagem<br>plástica selada de<br>2 kg, fabricação de<br>no mínimo 10 dias<br>antes da entrega.                                                         | Kg.   | 500 | 3000 | R\$<br>12,00 | R\$<br>13,00 | R\$<br>12,00 |  |  |  |             |             | R\$<br>12,33 | R\$<br>6.166,67 | R\$<br>37.000,00 |
| 6 | Banana grande –<br>procedente de<br>espécie sã, fresca,<br>não estar<br>golpeada e<br>danificada por<br>quaisquer lesões                                                                        | Unid. | 600 | 3600 | R\$<br>3,00  | R\$<br>2,70  | R\$<br>2,50  |  |  |  | R\$<br>2,00 | R\$<br>2,00 | R\$<br>2,44  | R\$<br>1.464,00 | R\$<br>8.784,00  |







**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**GESTÃO FINANCEIRA**

CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-1550  
Trav. Bom Jesus, s/n – Centro – Obidos - PA- CEP: 68.250-000

|   | de origem<br>mecânica ou<br>biológica que<br>afetem sua<br>aparência.                                                                                                                     |       |     |      |             |             |             |             |             |             |                 |                  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----|------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------------|------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 7 | Banana Prata –<br>Em penca de 1ª<br>qualidade, fresca,<br>polpa firme e<br>intacta bem<br>desenvolvida, sem<br>danos físicos e<br>mecânicos oriundo<br>do manuseio e<br>transporte.       | Unid. | 800 | 4800 | R\$<br>6,00 | R\$<br>6,00 | R\$<br>5,00 | R\$<br>3,50 | R\$<br>0,50 | R\$<br>4,20 | R\$<br>3.360,00 | R\$<br>20.160,00 |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 8 | Cheiro Verde – em<br>maços de primeira<br>qualidade, integro<br>composto de<br>cebolinhas e<br>coentros.                                                                                  | Unid. | 600 | 3600 | R\$<br>2,50 | R\$<br>2,00 | R\$<br>2,00 | R\$<br>1,50 | R\$<br>1,50 | R\$<br>1,75 | R\$<br>1.050,00 | R\$<br>6.300,00  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 9 | Cará – Em<br>embalagem tipo<br>rede pesando até<br>3 Kg de ótima<br>qualidade,<br>compacta, firme,<br>coloração<br>uniforme, aroma e<br>sabor típico da<br>espécie em<br>perfeito estado. | Kg.   | 300 | 1800 | R\$<br>5,00 | R\$<br>5,00 | R\$<br>4,00 |             | R\$<br>3,50 | R\$<br>4,38 | R\$<br>1.312,50 | R\$<br>7.875,00  |  |  |  |  |  |  |  |  |







**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**GESTÃO FINANCEIRA**

CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-1550  
Trav. Bom Jesus, s/n – Centro – Óbidos - PA-CEP. 68.250-000

|    |                                                                                                                   |       |      |       |           |           |           |          |          |           |               |               |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|-------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|---------------|---------------|
| 10 | Couve – Tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes | Unid. | 500  | 3000  | R\$ 3,00  | R\$ 3,00  | R\$ 3,00  | R\$ 1,50 | R\$ 2,50 | R\$ 2,60  | R\$ 1.300,00  | R\$ 7.800,00  |
| 11 | Farinha de tapioca – Em embalagem plástica selada de 2 Kg com fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.   | Kg.   | 700  | 4200  | R\$ 10,00 | R\$ 11,00 | R\$ 10,00 |          |          | R\$ 10,33 | R\$ 7.233,33  | R\$ 43.400,00 |
| 12 | Farinha de mandioca – Embalagem plástica selada de 2 Kg com fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.     | Kg.   | 2000 | 12000 | R\$ 6,00  | R\$ 6,00  | R\$ 5,00  |          |          | R\$ 5,67  | R\$ 11.333,33 | R\$ 68.000,00 |
| 13 | Farinha de Peixe (piracui) – Cor e sabor característico sem espinhas em embalagem selada de 2 Kg.                 | Kg.   | 300  | 1800  | R\$ 35,00 | R\$ 35,00 | R\$ 30,00 |          |          | R\$ 33,33 | R\$ 10.000,00 | R\$ 60.000,00 |
| 14 | Galinha caipira de abate recente,                                                                                 | Kg.   | 200  | 1200  | R\$ 15,00 | R\$ 15,00 | R\$ 15,00 |          |          | R\$ 15,00 | R\$ 3.000,00  | R\$ 18.000,00 |







**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**GESTÃO FINANCEIRA**

CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-1550  
Trav. Bom Jesus, s/n – Centro – Óbidos - PA-CEP: 68.250-000

|    |                                                                                                                                                                |       |     |      |           |           |           |           |           |              |               |               |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----|------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|---------------|---------------|
|    | sem cabeça, sem pé, apresentando cor amarela rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas.                                                                 | Unid. | 400 | 2400 | R\$ 5,00  | R\$ 6,00  | R\$ 4,00  | R\$ 3,00  | R\$ 4,00  | R\$ 4,40     | R\$ 1.760,00  | R\$ 10.560,00 |
| 15 | Jerimum – Tipo caboco, inteiro e de primeira qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. |       |     |      |           |           |           |           |           |              |               |               |
| 16 | Melancia – Integro e de primeira qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.             | Unid. | 500 | 3000 | R\$ 15,00 | R\$ 15,00 | R\$ 12,00 | R\$ 13,00 | R\$ 13,75 | R\$ 6.875,00 | R\$ 41.250,00 |               |
| 17 | Macaxeira – Sem Casca em pedaços, embalagem em                                                                                                                 | Kg.   | 300 | 1800 |           |           | R\$ 4,00  | R\$ 3,00  | R\$ 3,80  | R\$ 7,00     | R\$ 1.335,00  | R\$ 8.010,00  |







CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-1550  
Trav. Bom Jesus, s/n – Centro – Óbidos - PA-CEP: 68.250-000

II  
Quadrimestre  
Ano 2017  
Documento  
Nº 48  
PARÁ





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

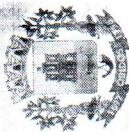
# GESTÃO FINANCEIRA

CNPJ Nº 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-1550

Trav. Bom Jesus, s/n - Centro - Óbidos - PA-CEP: 68.250-000

[illegible]





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

## GESTÃO FINANCEIRA

CAP# N° 05.131.180/0001-64 -- Fone: (93) 3547-1550

Trav. Bom Jesus, s/n – Centro – Óbidos – PA--CEP: 68.250-000

|                                                                                         |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |           |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|-----------|------------|
| fruta, concentrada,<br>em embalagem de<br>500g com data de<br>fabricação e<br>validade. |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | R\$       | R\$        |
|                                                                                         |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | 81.531,50 | 489.189,00 |
| VALOR TOTAL ---->                                                                       |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |           |            |

**Observação:** As entregas deverão ser feitas nas Terças-Feiras no depósito da Alimentação Escolar, Localizado na Trav. Machado de Assis, 49 – Centro, Óbidos/PA, semanalmente para os produtos (Batata doce, Cará, tapioca em goma, ovos caipira, beijú com castanha e sem castanhas), em que a entrega será em quatro vezes/mês e quinzenalmente para os produtos (alface, abacaxi in natura, banana prata, banana grande, cheiro verde, couve, polpa de frutas, farinha de cheiro, maxixe, macaxeira, tomate, jerimum, melancia, galinha caipira, farinha de peixe, farinha de tapioca, farinha de mandioca).

Atenciosamente,

  
ANANILVA PEREIRA SOARES  
Secretária Municipal de Educação  
Decreto Nº 007/2017





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
GESTÃO FINANCEIRA  
ÓBIDOS - PARÁ



Gy"

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, VEM ATRAVÉS DESTA SOLICITAR QUE SEJA FEITA A COTAÇÃO DE PREÇOS ABAIXO DISCRIMINADA:

**CHAMADA PÚBLICA 2017**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                    | UND | Quant/ Mês | QTD/06 MESES | Preço Unit. | Preço Total          |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|------------|--------------|-------------|----------------------|
| 1    | Alface, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und | 500        | 3.000        | 3,00        | 6 meses<br>9.000,00  |
| 2    | Abacaxi in natura, tamanho médio, sem danos e de boa qualidade.                                                                                                  | Und | 400        | 2.400        | 5,00        | 6 meses<br>12.000,00 |
| 3    | Batata doce, embalagem tipo rede de pesando até 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado | kg  | 300        | 1.800        | 3,50        | 6 meses<br>6.300,00  |
| 4    | Beiju de farinha sem castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg  | 500        | 3.000        |             |                      |
| 5    | Beiju de farinha com castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg  | 500        | 3.000        |             |                      |
| 6    | Banana grande, procedente de espécie sã, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem mecânica ou biológica que afetem sua aparência.  | und | 600        | 3.600        | 2,00        | 6 meses<br>7.200,00  |
| 7    | Banana prata, em pencas de 1ª qualidade, frescas, polpa firme e intacta bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.       | und | 600        | 3.600        | 0,50        | 6 meses<br>1.800,00  |
| 8    | Cheiro verde em maços de primeira qualidade, íntegros, composto de cebolinhas e coentros.                                                                        | und | 600        | 3.600        | 1,50        | 6 meses<br>5.400,00  |



|    |                                                                                                                                                                 |     |       |        |      |                      |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--------|------|----------------------|
| 9  | Cará, em embalagem tipo rede pesando até 3 kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.     | kg  | 300   | 1.800  | 3,50 | 6 meses<br>6.300,00  |
| 10 | Couve, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und | 500   | 3.000  | 2,50 | 6 meses<br>7.500,00  |
| 11 | Farinha de tapioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                 | kg  | 700   | 4.200  |      |                      |
| 12 | Farinha de mandioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                | kg  | 2.000 | 12.000 |      |                      |
| 13 | Farinha de peixe cor e sabor característico sem espinhas em embalagens selada de 2 kg.                                                                          | kg  | 300   | 1.800  |      |                      |
| 14 | Galinha caipira de abate recente, sem cabeça, sem pé, apresentando cor amarela rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas.                                | kg  | 200   | 1.200  |      |                      |
| 15 | Jerimum, tipo caboco, inteiro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. | Und | 400   | 2.400  | 4,00 | 6 meses<br>9.600,00  |
| 16 | Melancia inteiro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.              | und | 500   | 3.000  |      |                      |
| 17 | Macaxeira sem casca em pedaços, embaladas em sacolas plásticas selada de 2kg e 4kg kg isenta de sujidades, parasitas e larvas.                                  | kg  | 300   | 1.800  | 7,00 | 6 meses<br>12.600,00 |
| 18 | Maxixe embalagem tipo rede de pesando até 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme em perfeito estado.                                      | kg  | 200   | 1.200  | 3,00 | 6 meses<br>3.600,00  |
| 19 | Pimenta de cheiro embalagem tipo rede de pesando 3kg e 5kg de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado           | kg  | 200   | 1.200  | 8,00 | 6 meses<br>9.600,00  |





|              |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |                  |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----|-------|------------------|
| 20           | Tapioca em goma embalagem plástica selada pesando ate 2kg, de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.                                                                                                                 | kg   | 150 | 900   |                  |
| 21           | Tomate 1ª qualidade, fresco gráudo, firme, isento de enfermidades, material terroso e umidade extrema anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica (rachaduras e cortes) acondicionados em sacolas tipo rede de 3kg e 5kg. | kg   | 200 | 1.200 |                  |
| 22           | Ovos caipira frescos, sem casca trincada e isenta de sujidade.                                                                                                                                                                                                         | unds | 300 | 1.800 |                  |
| 23           | Polpa de frutas (goiaba, açaí, acerola, maracujá, caju, manga, graviola e abacaxi) de boa qualidade, 100% natural da fruta, concentrada, em embalagem de 500g com data de fabricação e validade.                                                                       | kg   | 400 | 2.400 |                  |
| <b>TOTAL</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       | <b>90.900,00</b> |



|                 |                                      |
|-----------------|--------------------------------------|
| EMPRESA         | <i>Elone de Souza Mota</i>           |
| ENDEREÇO:       | <i>Comunidade Quilombola. Puxana</i> |
| CNPJ:           | <i>ou CPF: 909.558.569-68</i>        |
|                 |                                      |
| Obidos (PA), de |                                      |
|                 |                                      |
| EMPRESA         |                                      |





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
GESTÃO FINANCEIRA  
ÓBIDOS - PARÁ

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, VEM ATRAVÉS DESTA SOLICITAR QUE SEJA FEITA A COTAÇÃO DE PREÇOS ABAIXO DISCRIMINADA:

CHAMADA PÚBLICA 2017

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                    | UND | Quant/<br>Mes | QTDE/06<br>MESES | Prego Unit. | Prego Total |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|---------------|------------------|-------------|-------------|
| 1    | Alface, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und | 500           | 3.000            |             |             |
| 2    | Abacaxi in natura, tamanho médio, sem danos e de boa qualidade.                                                                                                  | Und | 400           | 2.400            |             |             |
| 3    | Batata doce, embalagem tipo rede de pesando até 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado | kg  | 300           | 1.800            |             |             |
| 4    | Beiju de farinha sem castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg  | 500           | 3.000            |             |             |
| 5    | Beiju de farinha com castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg  | 500           | 3.000            |             |             |
| 6    | Banana grande, procedente de espécie sã, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem mecânica ou biológica que afetem sua aparência.  | und | 600           | 3.600            |             |             |
| 7    | Banana prata, em pencas de 1ª qualidade, frescas, polpa firme e íntacta bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.       | und | 600           | 3.600            |             |             |
| 8    | Cheira verde em maços de primeira qualidade, íntegros, composto de cebolinhas e coentros.                                                                        | und | 600           | 3.600            |             |             |



|    |                                                                                                                                                                 |     |       |        |  |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|-------|--------|--|
| 9  | Cará, em embalagem tipo rede pesando ate 3 kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.     | kg  | 300   | 1.800  |  |
| 10 | Couve, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und | 500   | 3.000  |  |
| 11 | Farinha de tapioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                 | kg  | 700   | 4.200  |  |
| 12 | Farinha de mandioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                | kg  | 2.000 | 12.000 |  |
| 13 | Farinha de peixe cor e sabor característico sem espinhas em embalagens selada de 2 kg.                                                                          | kg  | 300   | 1.800  |  |
| 14 | Galinha caipira de abate recente, sem cabeça, sem pé, apresentando cor amarela rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas.                                | kg  | 200   | 1.200  |  |
| 15 | Jerimum, tipo caboco, inteiro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. | Und | 400   | 2.400  |  |
| 16 | Melancia inteiro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.              | und | 500   | 3.000  |  |
| 17 | Macaxeira sem casca em pedaços, embaladas em sacolas plásticas selada de 2kg e 4kg kg isenta de sujidades, parasitas e larvas.                                  | kg  | 300   | 1.800  |  |
| 18 | Maxixe embalagem tipo rede de pesando ate 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme em perfeito estado.                                      | kg  | 200   | 1.200  |  |
| 19 | Pimenta de cheiro embalagem tipo rede de pesando 3kg e 5kg de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado           | kg  | 200   | 1.200  |  |



6.840,00

R\$ 5,80



|              |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |  |  |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----|-------|--|--|
| 20           | Tapioca em goma embalagem plástica selada pesando ate 2kg, de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.                                                                                                                 | kg   | 150 | 900   |  |  |
| 21           | Tomate 1º qualidade, fresco graúdo, firme, isento de enfermidades, material terroso e umidade extrema anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica (rachaduras e cortes) acondicionados em sacolas tipo rede de 3kg e 5kg. | kg   | 200 | 1.200 |  |  |
| 22           | Ovos caipira frescos, sem casca trincada e isenta de sujidade.                                                                                                                                                                                                         | unds | 300 | 1.800 |  |  |
| 23           | Polpa de frutas (goiaba, açaí, acerola, maracujá, caju, manga, graviola e abacaxi) de boa qualidade, 100%/natural da fruta, concentrada, em embalagem de 500g com data de fabricação e validade.                                                                       | kg   | 400 | 2.400 |  |  |
| <b>TOTAL</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |  |  |



|           |                               |
|-----------|-------------------------------|
| EMPRESA   | Ennio Hegken da Silva Ribeiro |
| ENDEREÇO: | Comunidade Santa Gale         |
| CNPJ:     | 841.332.362-20                |
|           |                               |
|           | Obidos (PA), de               |
|           |                               |
|           |                               |
|           | EMPRESA                       |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**GESTÃO FINANCEIRA**  
**ÓBIDOS - PARÁ**



A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, VEM ATRAVÉS DESTA SOLICITAR QUE SEJA FEITA A COTAÇÃO DE PREÇOS ABAIXO DISCRIMINADA:

**CHAMADA PÚBLICA 2017**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                    | UNID | Quant/<br>Mês | QTDE/06<br>MESES | Preço Unit. | Preço Total |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---------------|------------------|-------------|-------------|
| 1    | Alface, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und  | 500           | 3.000            | 2.50        | 7.500       |
| 2    | Abacaxi in natura, tamanho médio, sem danos e de boa qualidade.                                                                                                  | Und  | 400           | 2.400            |             |             |
| 3    | Batata doce, embalagem tipo rede de pesando até 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado | kg   | 300           | 1.800            |             |             |
| 4    | Beiju de farinha sem castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500           | 3.000            |             |             |
| 5    | Beiju de farinha com castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500           | 3.000            |             |             |
| 6    | Banana grande, procedente de espécie sã, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem mecânica ou biológica que afetem sua aparência.  | und  | 600           | 3.600            | 2.00        | 7.200       |
| 7    | Banana prata, em pencas de 1º qualidade, frescas, polpa firme e intacta bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.       | und  | 600           | 3.600            | 3.50        | 12.600      |
| 8    | Cheiro verde em maços de primeira qualidade, íntegros, composto de cebolinhas e coentros.                                                                        | und  | 600           | 3.600            | 1.50        | 5.400       |





|    |                                                                                                                                                                 |     |        |        |       |        |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--------|-------|--------|
| 9  | Cará, em embalagem tipo rede pesando ate 3 kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.     | kg  | 300    | 1.800  |       |        |
| 10 | Couve, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica , perfurações ou cortes.                                              | Und | 500    | 3.000  | 1.50  | 4.500  |
| 11 | Farinha de tapioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                 | kg  | 700    | 4.200  |       |        |
| 12 | Farinha de mandioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                | kg  | 2.000  | 12.000 |       |        |
| 13 | Farinha de peixe cor e sabor característico sem espinhas em embalagens selada de 2 kg.                                                                          | kg  | 300    | 1.800  |       |        |
| 14 | Galinha caipira de abate recente, sem cabeça, sem pé , apresentando cor amarela rosada , sem escurecimento ou manchas esverdeadas.                              | kg  | 200    | 1.200  |       |        |
| 15 | Jerimum, tipo caboco, integro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. | Und | 400    | 2.400  | 3.00  | 7.200  |
| 16 | Melancia integro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.              | und | 500    | 3.000  | 13.00 | 39.000 |
| 17 | Macaxeira sem casca em pedaços, embaladas em sacolas plásticas selada de 2kg e 4kg kg isenta de sujidades, parasitas e larvas.                                  | kg  | 300 kg | 1300   |       |        |
| 18 | Maxixe embalagem tipo rede de pesando ate 3kg ,de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme em perfeito estado.                                      | kg  | 200    | 1.200  | 3.00  | 3.600  |
| 19 | Pimenta de cheiro embalagem tipo rede de pesando 3kg e 5kg de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado           | kg  | 200    | 1.200  |       |        |



|       |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |  |  |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----|-------|--|--|
| 20    | Tapioca em goma embalagem plástica selada pesando ate 2kg, de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.                                                                                                                 | kg   | 150 | 900   |  |  |
| 21    | Tomate 1º qualidade, fresco gráudo, firme, isento de enfermidades, material terroso e umidade extrema anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica (rachaduras e cortes) acondicionados em sacolas tipo rede de 3kg e 5kg. | kg   | 200 | 1.200 |  |  |
| 22    | Ovos caipira frescos, sem casca trincada e isenta de sujidade.                                                                                                                                                                                                         | unds | 300 | 1.800 |  |  |
| 23    | Polpa de frutas (goiaba, açaí, acerola, maracujá, caju, manga, graviola e abacaxi) de boa qualidade, 100%/natural da fruta, concentrada, em embalagem de 500g com data de fabricação e validade.                                                                       | kg   | 400 | 2.400 |  |  |
| TOTAL |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |  |  |



|                 |                         |
|-----------------|-------------------------|
| EMPRESA         | Raimundo Ramos da Silva |
| ENDEREÇO:       | Comunidade Muratubinha  |
| CNPJ:           | 110 745 232 - 53        |
| Óbidos (PA), de |                         |
| EMPRESA         |                         |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**GESTÃO FINANCEIRA**  
**ÓBIDOS - PARÁ**



A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, VEM ATRAVÉS DESTA SOLICITAR QUE SEJA FEITA A COTAÇÃO DE PREÇOS ABAIXO DISCRIMINADA:

**CHAMADA PÚBLICA 2017**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                    | UNID | Quant/<br>Mês | QTDE/06<br>MESES | Preço Unit. | Preço Total |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---------------|------------------|-------------|-------------|
| 1    | Alface, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und  | 500           | 3.000            | 2,45        | 7.350,00    |
| 2    | Abacaxi in natura, tamanho médio, sem danos e de boa qualidade.                                                                                                  | Und  | 400           | 2.400            |             |             |
| 3    | Batata doce, embalagem tipo rede de pesando ate 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado | kg   | 300           | 1.800            |             |             |
| 4    | Beiju de farinha sem castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500           | 3.000            |             |             |
| 5    | Beiju de farinha com castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500           | 3.000            |             |             |
| 6    | Banana grande, procedente de espécie sã, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem mecânica ou biológica que afetem sua aparência.  | und  | 600           | 3.600            |             |             |
| 7    | Banana prata, em pencas de 1º qualidade, frescas, polpa firme e intacta bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.       | und  | 600           | 3.600            |             |             |
| 8    | Cheiro verde em maços de primeira qualidade, íntegros, composto de cebolinhas e coentros.                                                                        | und  | 600           | 3.600            | 1,00        | 3.600,00    |

|    |                                                                                                                                                                 |     |        |        |      |          |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--------|------|----------|
| 9  | Cará, em embalagem tipo rede pesando ate 3 kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.     | kg  | 300    | 1.800  |      |          |
| 10 | Couve, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica , perfurações ou cortes.                                              | Und | 500    | 3.000  |      |          |
| 11 | Farinha de tapioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                 | kg  | 700    | 4.200  |      |          |
| 12 | Farinha de mandioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                | kg  | 2.000  | 12.000 |      |          |
| 13 | Farinha de peixe cor e sabor característico sem espinhas em embalagens selada de 2 kg.                                                                          | kg  | 300    | 1.800  |      |          |
| 14 | Galinha caipira de abate recente, sem cabeça, sem pé , apresentando cor amarela rosada , sem escurecimento ou manchas esverdeadas.                              | kg  | 200    | 1.200  |      |          |
| 15 | Jerimum, tipo caboco, integro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. | Und | 400    | 2.400  |      |          |
| 16 | Melancia integro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.              | und | 500    | 3.000  |      |          |
| 17 | Macaxeira sem casca em pedaços, embaladas em sacolas plásticas selada de 2kg e 4kg kg isenta de sujidades, parasitas e larvas.                                  | kg  | 300 kg | 1.800  |      |          |
| 18 | Maxixe embalagem tipo rede de pesando ate 3kg ,de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme em perfeito estado.                                      | kg  | 200    | 1.200  |      |          |
| 19 | Pimenta de cheiro embalagem tipo rede de pesando 3kg e 5kg de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado           | kg  | 200    | 1.200  | 5,00 | 6.000,00 |





|              |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |  |  |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----|-------|--|--|
| 20           | Tapioca em goma embalagem plástica selada pesando ate 2kg, de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.                                                                                                                 | kg   | 150 | 900   |  |  |
| 21           | Tomate 1º qualidade, fresco gráudo, firme, isento de enfermidades, material terroso e umidade extrema anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica (rachaduras e cortes) acondicionados em sacolas tipo rede de 3kg e 5kg. | kg   | 200 | 1.200 |  |  |
| 22           | Ovos caipira frescos, sem casca trincada e isenta de sujidade.                                                                                                                                                                                                         | unds | 300 | 1.800 |  |  |
| 23           | Polpa de frutas (goiaba, açaí, acerola, maracujá, caju, manga, graviola e abacaxi) de boa qualidade, 100%/natural da fruta, concentrada, em embalagem de 500g com data de fabricação e validade.                                                                       | kg   | 400 | 2.400 |  |  |
| <b>TOTAL</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |  |  |



|                 |                          |
|-----------------|--------------------------|
| EMPRESA         | DOMINGAS BARROS de SOUSA |
| ENDEREÇO:       | CUSUMU                   |
| CNPJ:           | 366403602 68             |
| Óbidos (PA), de |                          |
| EMPRESA         |                          |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**GESTÃO FINANCEIRA**  
**ÓBIDOS - PARÁ**

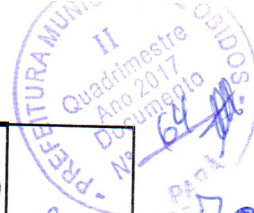
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, VEM ATRAVÉS DESTA SOLICITAR QUE SEJA FEITA A COTAÇÃO DE PREÇOS ABAIXO DISCRIMINADA:

**CHAMADA PÚBLICA 2017**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                    | UNID | Quant/<br>Mês | QTDE/06<br>MESES | Preço Unit. | Preço Total |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---------------|------------------|-------------|-------------|
| 1    | Alface, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und  | 500           | 3.000            | 3,00        | 9.000       |
| 2    | Abacaxi in natura, tamanho médio, sem danos e de boa qualidade.                                                                                                  | Und  | 400           | 2.400            | 5,00        | 12.000,00   |
| 3    | Batata doce, embalagem tipo rede de pesando até 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado | kg   | 300           | 1.800            | 4,50        | 8.100,00    |
| 4    | Beiju de farinha sem castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500           | 3.000            | 12,00       | 36.000,00   |
| 5    | Beiju de farinha com castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500           | 3.000            | 12,00       | 36.000,00   |
| 6    | Banana grande, procedente de espécie sã, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem mecânica ou biológica que afetem sua aparência.  | und  | 600           | 3.600            | 2,50        | 9.000,00    |
| 7    | Banana prata, em pencas de 1º qualidade, frescas, polpa firme e intacta bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.       | und  | 600           | 3.600            | 5,00        | 18.000,00   |



|    |                                                                                                                                                                 |     |        |        |       |           |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--------|-------|-----------|
| 8  | Cheiro verde em maços de primeira qualidade, íntegros, composto de cebolinhas e coentros.                                                                       | und | 600    | 3.600  | 2,00  | 7.200,00  |
| 9  | Cará, em embalagem tipo rede pesando ate 3 kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.     | kg  | 300    | 1.800  | 4,00  | 7.200,00  |
| 10 | Couve, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und | 500    | 3.000  | 3,00  | 9.000,00  |
| 11 | Farinha de tapioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                 | kg  | 700    | 4.200  | 10,00 | 42.000,00 |
| 12 | Farinha de mandioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                | kg  | 2000   | 12.000 | 5,00  | 60.000,00 |
| 13 | Farinha de peixe cor e sabor característico sem espinhas em embalagens selada de 2 kg.                                                                          | kg  | 300    | 1.800  | 30,00 | 54.000,00 |
| 14 | Galinha caipira de abate recente, sem cabeça, sem pé, apresentando cor amarela rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas.                                | kg  | 200    | 1.200  | 15,00 | 18.000,00 |
| 15 | Jerimum, tipo caboco, íntegro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. | Und | 400    | 2.400  | 4,00  | 9.600,00  |
| 16 | Melancia íntegro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.              | und | 500    | 3.000  | 12,00 | 36.000,00 |
| 17 | Macaxeira sem casca em pedaços, embaladas em sacolas plásticas selada de 2kg e 4kg kg isenta de sujidades, parasitas e larvas.                                  | kg  | 300 kg | 1.800  | 4,00  | 1.200,00  |
| 18 | Maxixe embalagem tipo rede de pesando ate 3kg de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme em perfeito estado.                                       | kg  | 200    | 1.200  | 3,00  | 3.600,00  |
| 19 | Pimenta de cheiro embalagem tipo rede de pesando 3kg e 5kg de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado           | kg  | 200    | 1.200  | 12,00 | 14.400,00 |





|       |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |           |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----|-------|-----------|
| 20    | Tapioca em goma embalagem plástica selada pesando ate 2kg, de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.                                                                                                                 | kg   | 150 | 3,00  | 2.700,00  |
| 21    | Tomate 1º qualidade, fresco gráudo, firme, isento de enfermidades, material terroso e umidade extrema anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica (rachaduras e cortes) acondicionados em sacolas tipo rede de 3kg e 5kg. | kg   | 200 | 6,50  | 7.800,00  |
| 22    | Ovos caipira frescos, sem casca trincada e isenta de sujidade.                                                                                                                                                                                                         | unds | 300 | 1,00  | 1.800,00  |
| 23    | Polpa de frutas (goiaba, açaí, acerola, maracujá, caju, manga, graviola e abacaxi) de boa qualidade, 100% natural da fruta, concentrada, em embalagem de 500g com data de fabricação e validade.                                                                       | kg   | 400 | 11,00 | 26.400,00 |
| TOTAL |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |           |

EMPRESA: Cooperativa mista de produtores e produtores de alimentos - nova olga

ENDEREÇO: Rua d - n. 326 - Bairro - Perpetua do Socorro

CNPJ: 170.790.366.0001.65

Óbidos (PA), de 11.04.2017

EMPRESA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**GESTÃO FINANCEIRA**  
**ÓBIDOS - PARÁ**



A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, VEM ATRAVÉS DESTA SOLICITAR QUE SEJA FEITA A COTAÇÃO DE PREÇOS ABAIXO DISCRIMINADA:

**CHAMADA PÚBLICA 2017**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                    | UNID | Quant/<br>Itens | QTDE/06<br>MESES | Preço Unit. | Preço Total |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------|------------------|-------------|-------------|
| 1    | Alface, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und  | 500             | 3.000            | 3.00        | 9.000       |
| 2    | Abacaxi in natura, tamanho médio, sem danos e de boa qualidade.                                                                                                  | Und  | 400             | 2.400            | 5.00        | 12.000      |
| 3    | Batata doce, embalagem tipo rede de pesando até 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado | kg   | 300             | 1.800            | 5.00        | 9.000       |
| 4    | Beiju de farinha sem castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500             | 3.000            | 12.00       | 36.000      |
| 5    | Beiju de farinha com castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500             | 3.000            | 12.00       | 36.000      |
| 6    | Banana grande, procedente de espécie sã, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem mecânica ou biológica que afetem sua aparência.  | und  | 600             | 3.600            | 3.00        | 10.800      |
| 7    | Banana prata, em pencas de 1º qualidade, frescas, polpa firme e intacta bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.       | und  | 600             | 3.600            | 6.00        | 21.600      |



|         |                                                                                                                                                                 |     |        |        |            |           |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--------|------------|-----------|
| 8       | Cheiro verde em maços de primeira qualidade, íntegros, composto de cebolinhas e coentros.                                                                       | und | 600    | 3.600  | 2.50       | 9.000.    |
| 9       | Cará, em embalagem tipo rede pesando até 3 kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.     | kg  | 300    | 1.800  | 5.00       | 9.000.    |
| 10      | Couve, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und | 500    | 3.000  | 3.00       | 9.000     |
| 11      | Farinha de tapioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                 | kg  | 700    | 4.200  | 10.00      | 42.000,00 |
| X<br>12 | Farinha de mandioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                | kg  | 2.000  | 12.000 | 12<br>6.00 | 72.000    |
| 13      | Farinha de peixe cor e sabor característico sem espinhas em embalagens selada de 2 kg.                                                                          | kg  | 300    | 1.800  | 35.00      | 63.000    |
| 14      | Galinha caipira de abate recente, sem cabeça, sem pé, apresentando cor amarela rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas.                                | kg  | 200    | 1.200  | 15.00      | 18.000    |
| 15      | Jerimum, tipo caboco, íntegro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. | Und | 400    | 2.400  | 5.00       | 12.000    |
| 16      | Melancia íntegro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.              | und | 500    | 3.000  | 15.00      | 45.000    |
| 17      | Macaxeira sem casca em pedaços, embaladas em sacolas plásticas selada de 2kg e 4kg kg isenta de sujidades, parasitas e larvas.                                  | kg  | 300 kg | 1.800  |            |           |
| 18      | Maxixe embalagem tipo rede de pesando até 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme em perfeito estado.                                      | kg  | 200    | 1.200  | 4.00       | 4800.     |
| 19      | Pimenta de cheiro embalagem tipo rede de pesando 3kg e 5kg de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado           | kg  | 200    | 1.200  | 12.00      | 14.400,00 |





|    |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |       |        |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----|-------|-------|--------|
| 20 | Tapioca em goma embalagem plástica selada pesando ate 2kg, de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.                                                                                                                 | kg   | 150 | 900   | 4.00  | 3.600  |
| 21 | Tomate 1º qualidade, fresco graúdo, firme, isento de enfermidades, material terroso e umidade extrema anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica (rachaduras e cortes) acondicionados em sacolas tipo rede de 3kg e 5kg. | kg   | 200 | 1.200 | 8.00  | 9.600  |
| 22 | Ovos caipira frescos, sem casca trincada e isenta de sujidade.                                                                                                                                                                                                         | unds | 300 | 1.800 | 1.00  | 18.00  |
| 23 | Polpa de frutas (goiaba, açaí, acerola, maracujá, caju, manga, graviola e abacaxi) de boa qualidade, 100%/natural da fruta, concentrada, em embalagem de 500g com data de fabricação e validade.                                                                       | kg   | 400 | 2.400 | 12.00 | 28.800 |

|                 |                                      |
|-----------------|--------------------------------------|
| EMPRESA         | Isaiah dos Reis da Costa             |
| ENDEREÇO:       | Rua - São Raimundo Raimal do Isidoro |
| CNPJ:           | C.P.F.: 311.333.712-72               |
| Obidos (PA), de |                                      |
| EMPRESA         |                                      |





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**GESTÃO FINANCEIRA**  
**ÓBIDOS - PARÁ**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, VEM ATRAVÉS DESTA SOLICITAR QUE SEJA FEITA A COTAÇÃO DE PREÇOS ABAIXO DISCRIMINADA:

**CHAMADA PÚBLICA 2017**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                    | UNID | Quant/<br>Mês | QTDE/06<br>MESES | Preço Unit. | Preço Total |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---------------|------------------|-------------|-------------|
| 1    | Alface, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und  | 500           | 3.000            | 3.30        | 9.900       |
| 2    | Abacaxi in natura, tamanho médio, sem danos e de boa qualidade.                                                                                                  | Und  | 400           | 2.400            | 6.00        | 14.400      |
| 3    | Batata doce, embalagem tipo rede de pesando até 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado | kg   | 300           | 1.800            | 3.50        | 6.300       |
| 4    | Beiju de farinha sem castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500           | 3.000            | 13.00       | 39.000      |
| 5    | Beiju de farinha com castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 dias antes da entrega.                                           | kg   | 500           | 3.000            | 13.00       | 39.000      |
| 6    | Banana grande, procedente de espécie sã, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem mecânica ou biológica que afetem sua aparência.  | und  | 600           | 3.600            | 2.70        | 9.720       |
| 7    | Banana prata, em pencas de 1ª qualidade, frescas, polpa firme e intacta bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.       | und  | 600           | 3.600            | 6.00        | 21.600      |



|      |                                                                                                                                                                 |     |        |        |       |        |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|--------|-------|--------|
| 8    | Cheiro verde em maços de primeira qualidade, integros, composto de cebolinhas e coentros.                                                                       | und | 600    | 3.600  | 2.00  | 7.200  |
| 9    | Cará, em embalagem tipo rede pesando ate 3 kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.     | kg  | 300    | 1.800  | 5.00  | 9.000  |
| 10   | Couve, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.                                               | Und | 500    | 3.000  | 3.00  | 9.000  |
| 11   | Farinha de tapioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                 | kg  | 700    | 4.200  | 11.00 | 46.200 |
| X 12 | Farinha de mandioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 dias.                                                                | kg  | 2.000  | 12.000 | 6.00  | 72.000 |
| 13   | Farinha de peixe cor e sabor característico sem espinhas em embalagens selada de 2 kg.                                                                          | kg  | 300    | 1.800  | 35.00 | 42.000 |
| 14   | Galinha caipira de abate recente, sem cabeça, sem pé, apresentando cor amarela rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas.                                | kg  | 200    | 1.200  | 15.00 | 18.000 |
| 15   | Jerimum, tipo caboco, integro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. | Und | 400    | 2.400  | 6.00  | 14.400 |
| 16   | Melancia integro e de primeira qualidade, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.              | und | 500    | 3.000  | 15.00 | 45.000 |
| 17   | Macaxeira sem casca em pedaços, embaladas em sacolas plásticas selada de 2kg e 4kg kg isenta de sujidades, parasitas e larvas.                                  | kg  | 300 kg | 1.800  |       |        |
| 18   | Maxixe embalagem tipo rede de pesando ate 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme em perfeito estado.                                      | kg  | 200    | 1.200  | 5.00  | 6.000  |
| 19   | Pimenta de cheiro embalagem tipo rede de pesando 3kg e 5kg de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado           | kg  | 200    | 1.200  | 13.00 | 15.600 |



|    |                                                                                                                                                                                                                                                                        |      |     |       |       |        |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----|-------|-------|--------|
| 20 | Tapioca em goma embalagem plástica selada pesando ate 2kg, de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.                                                                                                                 | kg   | 150 | 900   | 3.50  | 3.150  |
| 21 | Tomate 1º qualidade, fresco gráudo, firme, isento de enfermidades, material terroso e umidade extrema anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica (rachaduras e cortes) acondicionados em sacolas tipo rede de 3kg e 5kg. | kg   | 200 | 1.200 | 7.00  | 8.400  |
| 22 | Ovos caipira frescos, sem casca trincada e isenta de sujidade.                                                                                                                                                                                                         | unds | 300 | 1.800 | 1.00  | 1.800  |
| 23 | Polpa de frutas (goiaba, açaí, acerola, maracujá, caju, manga, graviola e abacaxi) de boa qualidade, 100% natural da fruta, concentrada, em embalagem de 500g com data de fabricação e validade.                                                                       | kg   | 400 | 2.400 | 12.00 | 28.800 |



|                 |                              |
|-----------------|------------------------------|
| EMPRESA         | José Maria Rodrigues Moreira |
| ENDEREÇO:       | Rua Santa Galo               |
| CNPJ:           | 617493032-72                 |
| Obidos (PA), de |                              |
| EMPRESA         |                              |





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E FINANÇAS.  
CNPJ Nº 05.131.180/0001-64 – FONE: (93) 3547-3338  
Rua Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro – CEP: 68.250-000



## RECEBIMENTO

Na data de 11 de Maio de 2017, recebi estes autos no Setor de Protocolo, e faço este termo. Eu [assinatura], o escrevi.

## CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins, que o presente feito foi registrado no livro de próprio sob protocolo nº 254/2017 processo nº 193/2017.

Óbidos (PA), 11 de Maio de 2017.

[assinatura]

## CONCLUSÃO

Na data de 11 de Maio de 2017, faço a estes autos conclusos ao Sr. Prefeito Municipal de Óbidos, e faço este termo. Eu [assinatura], Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o escrevi.

## DESPACHO

### CPL.

Encaminhe-se ao **Secretário Municipal de Planejamento**, para providências de seu cargo, após a **Comissão Permanente de Licitação**.

[assinatura]  
Francisco José Alfaia de Barros  
Prefeito Municipal de Óbidos

Prefeito Municipal de Óbidos





## VISTAS

Nesta data, faço vistas À SEMPOT

Para as devidas

providências

Óbidos - PA, 31 / 05 / 2017

Grass

## RECEBIMENTO

Nesta data, recebi o(s) presente (s) Em autos

do Departamento de Proteção

Óbidos - PA, 12 / 05 / 2017

Marlene de Souza



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS  
CNPJ Nº. 05.131.180/0001-64 – Fone: (93) 3547-3044  
Rua Dep. Raimundo Chaves, 338, Centro – CEP: 68.250-000

TERMO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA

PROCESSOS Nº 193/2017-PMO



Ref. Solicitação de Abertura Licitatório, para a Aquisição de Gêneros Alimentícios Diretamente da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural e de suas Organizações com o Objetivo de Atender os Beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, das Escolas da Rede Pública de Ensino do Município de Óbidos.

Em cumprimento ao que dispõe o art.14 da Lei 8.666/93, DECLARO que existe recurso orçamentário para a despesa acima mencionada, que será consignada na seguinte dotação orçamentária:

2222 – Secretaria Municipal de Educação;  
04.306.0251.2044 – Manutenção do Programa de Alimentação Escolar e Nutrição - PNAE.  
339030 – Material de Consumo.

Óbidos, 15 de Maio de 2017.

  
**AMARILDO BENTES DE ANDRADE**

Secretário, Orçamento e Municipal de Planejamento Finanças





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 05.131.180/0001-64



**CONTRATO DE COMPRA E VENDA**

CONTRATO N.º 01/2017

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA  
AGRICULTURA FAMILIAR, DO  
EMPREENDEDOR RURAL E DE SUAS  
ORGANIZAÇÕES COM O OBJETIVO DE  
ATENDER AOS BENEFICIÁRIOS DO  
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR/PNAE, DAS ESCOLAS DA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE  
ÓBIDOS.

A Prefeitura Municipal de Óbidos, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Raimundo Chaves, N.º 383, inscrita no CNPJ sob n.º 05.131.180/0001-64, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. **FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS**, com interveniência da Secretaria Municipal de Educação, neste ato, representado por **ANANILVA PEREIRA SOARES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado a **COOPERATIVA MISTA DE PRODUTORES E PRODUTORAS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS NOVA ALIANÇA - COMPRAN**, inscrita no CNPJ: 10.790.366/0001-65, situada na Rua D, no 326, Bairro: Perpetuo Socorro, no Município de Óbidos-PA, neste ato representado pelo Sr. **JOSÉ ELIENE DA SILVA MOREIRA**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 4228756 2ª via - PC/PA e CPF n.º 751.476.102-00, doravante denominado (a) **CONTRATADO (A)**, fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947/2009 e da Lei n.º 8.666/93, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública n.º 001/2017**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a **aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, do Empreendedor Rural e de suas organizações com o objetivo de atender aos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, das Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Óbidos**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2017, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 05.131.180/0001-64



**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total **de R\$ 489.189,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e oitenta e nove reais).**

O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

a) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

| Item | 1. Produto                                                                                                        | 2. Unidade | 3. Qtd | 4. Preço de Aquisição* |               | 5. Cronograma de entrega dos Produtos |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|--------|------------------------|---------------|---------------------------------------|
|      |                                                                                                                   |            |        | 4.1. Unitário          | 4.2. Total    |                                       |
| 01   | Alface, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou corte. | Unid.      | 3000   | R\$ 2,88               | R\$ 8.625,00  | Quinzenalmente                        |
| 02   | Abacaxi in natura, tamanho médio, sem danos e de boa                                                              | Unid.      | 2400   | R\$ 5,25               | R\$ 12.600,00 | Quinzenalmente                        |





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 05.131.180/0001-64



|    |                                                                                                                                                                   |       |      |           |               |                         |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|-----------|---------------|-------------------------|
|    | qualidade.                                                                                                                                                        |       |      |           |               |                         |
| 03 | Batata doce, embalagem tipo rede de pesando ate 3kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado. | Kg.   | 1800 | R\$ 4,13  | R\$ 7.425,00  | Semanal (terças-feiras) |
| 04 | Beiju de farinha sem castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 (dez) dias antes da entrega.                                      | Kg.   | 3000 | R\$ 12,33 | R\$ 37.000,00 | Semanal (terças-feiras) |
| 05 | Beiju de farinha com castanha, em embalagem plástica selada de 2 kg, fabricação de no mínimo 10 (dez) dias antes da entrega.                                      | Kg.   | 3000 | R\$ 12,33 | R\$ 37.000,00 | Semanal (terças-feiras) |
| 06 | Banana grande, procedente de espécie sã, fresca, não estar golpeada e danificada por quaisquer lesões de origem mecânica ou biológica que afetem sua aparência.   | Unid. | 3600 | R\$ 2,44  | R\$ 8.784,00  | Quinzenalmente          |
| 07 | Banana prata, em pencas de 1ª qualidade, fresca, polpa firme e intacta bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos                                   | Unid. | 4800 | R\$ 4,20  | R\$ 20.160,00 | Quinzenalmente          |

*[Handwritten signature]*



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 05.131.180/0001-64



|    |                                                                                                                                                             |       |       |           |               |                         |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|-----------|---------------|-------------------------|
|    | do manuseio e transporte.                                                                                                                                   |       |       |           |               |                         |
| 08 | Cheiro verde em maços de primeira qualidade, íntegros, composto de cebolinhas e coentros.                                                                   | Unid. | 3600  | R\$ 1,75  | R\$ 6.300,00  | Quinzenalmente          |
| 09 | Cará, em embalagem tipo rede pesando ate 3 kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado. | Kg.   | 1800  | R\$ 4,38  | R\$ 7.875,00  | Semanal (terças-feiras) |
| 10 | Couve, tamanho médio, sem danos de boa qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou corte.                                            | Unid. | 3000  | R\$ 2,60  | R\$ 7.800,00  | Quinzenalmente          |
| 11 | Farinha de tapioca, em embalagem plástica selada de 2kg com fabricação de no mínimo 10 (dez) dias.                                                          | Kg.   | 4200  | R\$ 10,33 | R\$ 43.400,00 | Quinzenalmente          |
| 12 | Farinha de mandioca, em embalagem plástica selada de 2 kg com a fabricação de no mínimo 10 (dez) dias.                                                      | Kg.   | 12000 | R\$ 5,67  | R\$ 68.000,00 | Quinzenalmente          |
| 13 | Farinha de peixe cor e sabor característico sem espinhas embalagens selada                                                                                  | Kg.   | 1800  | R\$ 33,33 | R\$ 60.000,00 | Quinzenalmente          |





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 05.131.180/0001-64



|    |                                                                                                                                                               |       |      |           |               |                |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|-----------|---------------|----------------|
|    | de 2 kg.                                                                                                                                                      |       |      |           |               |                |
| 14 | Galinha caipira de abate recente, sem cabeça, sem pé, apresentando cor amarela rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas.                              | Kg.   | 1200 | R\$ 15,00 | R\$ 18.000,00 | Quinzenalmente |
| 15 | Jerimum, tipo caboco, inteiro e de primeira qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, capacitas e larvas. | Unid. | 2400 | R\$ 4,40  | R\$ 10.560,00 | Quinzenalmente |
| 16 | Melancia inteiro e de primeira qualidade, sem lesões de origem física ou mecânicas, rachaduras e cortes. Isenta de sujidades, parasitas e larvas.             | Unid. | 3000 | R\$ 13,75 | R\$ 41.250,00 | Quinzenalmente |
| 17 | Macaxeira sem casca em pedaços, embaladas em sacolas plásticas selada de 2 kg e 4 kg isenta de sujidade, parasitas e larvas.                                  | Kg.   | 1800 | R\$ 4,45  | R\$ 8.010,00  | Quinzenalmente |
| 18 | Maxixe embalagem tipo rede de pesando ate 3 kg, de ótima qualidade, compacta, firme, coloração uniforme em perfeito estado.                                   | Kg.   | 1200 | R\$ 3,75  | R\$ 4.500,00  | Quinzenalmente |
| 19 | Pimenta de cheiro embalagem tipo rede de pesando 3                                                                                                            | Kg.   | 1200 | R\$ 10,00 | R\$ 12.000,00 | Quinzenalmente |



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 05.131.180/0001-64



|    |                                                                                                                                                                                                                                                                          |       |      |           |               |                         |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------|-----------|---------------|-------------------------|
|    | kg e 5 kg de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.                                                                                                                                                                    |       |      |           |               |                         |
| 20 | Tapioca em goma embalagem plástica selada pesando até 2 kg, de ótima qualidade, coloração uniforme, aroma e sabor típico da espécie em perfeito estado.                                                                                                                  | Kg.   | 9000 | R\$ 3,50  | R\$ 31.500,00 | Semanal (terças-feiras) |
| 21 | Tomate 1º qualidade, fresco graúdo, firme, isento de enfermidades, material terroso e umidade extrema anormal, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica (rachaduras e cortes) acondicionados em sacolas tipo rede de 3 kg e 5 kg. | Kg.   | 1200 | R\$ 7,17  | R\$ 8.600,00  | Quinzenalmente          |
| 22 | Ovos caipiras frescos, sem casca trincada e isenta de sujidade.                                                                                                                                                                                                          | Unid. | 1800 | R\$ 1,00  | R\$ 1.800,00  | Semanal (terças-feiras) |
| 23 | Polpa de frutas (goiaba, açaí, acerola, maracujá, caju, manga, graviola e abacaxi) de boa qualidade, 100% natural de fruta, concentrada, em embalagem de 500g com data de                                                                                                | Kg.   | 2400 | R\$ 11,67 | R\$ 28.000,00 | Quinzenalmente          |

*[Handwritten signature and mark]*





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 05.131.180/0001-64



|  |                        |  |  |  |  |  |
|--|------------------------|--|--|--|--|--|
|  | fabricação e validade. |  |  |  |  |  |
|--|------------------------|--|--|--|--|--|

**CLÁUSULA QUINTA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

**2222 -Secretaria Municipal de Educação**

**04.306.0251.2044 - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar e Nutrição - PNAE**

**339030 - Material do Consumo.**

**CLÁUSULA SEXTA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 05.131.180/0001-64



- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 01/2017, pela Resolução FNDE n.º 4, de 02 de abril de 2015, pela Lei n.º 8.666/1993 e pela Lei n.º 11.947/2009, em todos os seus termos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**





ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓBIDOS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CNPJ: 05.131.180/0001-64



Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

O presente contrato vigorará pelo período de 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura até a entrega total dos produtos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

É competente o Foro da Comarca de Óbidos, Estado do Pará, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Óbidos, Pa, 10 de julho de 2017.

**FRANCISCO JOSÉ ALFAIA DE BARROS**  
Prefeito Municipal de Óbidos

**COOPERATIVA MISTA DE PRODUTORES E PRODUTORAS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**  
**NOVA ALIANÇA – COMPRAN**  
CNPJ: 10.790.366/0001-65  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Rosidene C. Falha CPF 728203842-72

2. Marcelo Costa Tavares Filho CPF 517.276.842-49